



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Artes e Letras

# **A Entrevista na Rádio Nacional de Angola-Luanda: diagnóstico e proposta de técnicas de entrevista**

**Angelina Nassinda Domingas Canjengo**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Jornalismo**

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutora Anabela Maria Gradim Alves

**Covilhã, maio de 2019**



# Dedicatória

Aos meus Pais pela vida;

Os meus filhos pelo amor;

Ao meu esposo pela cumplicidade;



# Agradecimentos

A Deus por nunca me deixar só, por todos os dias colocar-me em pé e fazer-me perceber que a força e a fé nos encaminham para os grandes desafios da vida.

Aos meus Pais António Salomão Canjengo e Custódia Canjengo, pelo amor, dedicação e ensinamentos;

À minha orientadora Doutra Anabela Gradim, muito obrigada pela prontidão, por todas as instruções e por partilhar comigo a sua sabedoria;

Ao professor José Carvalheiro, pelos ensinamentos, compreensão e paciência;

Ao Doutor Adão do Nascimento (em memória) obrigada por todo o aprendizado;

Ao Projeto Multisectorial para a retificação do Acordo Ortográfico de 1990, com vista a sua ratificação, em especial a Dra. Paula Henriques;

Ao Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INAGBE) pela oportunidade;

Aos meninos de ouro (São, Rucarson, Necácia, Lukénia, Nélio e Abigail) pelo carinho, encorajamento e conforto;

Ao meu esposo Nelson Dala por sempre me fazer acreditar que sou capaz.

Agradeço aos que contribuíram para a minha tranquilidade e cuidaram de tudo (Celestino, Raposo, Didinha, Olávia, Soira, João de Sousa, Brenda, Leo, Didy sob a supervisão dos Pais António Canjengo, Custódia Canjengo, Manuel Dala e Cristina Maria);

Aos “vencedores” Dinis Paulo e João Leandro por apoiarem-me com a nossa Abigail, pela irmandade, sorrisos, choros e frustrações durante toda a formação na Covilhã;

As minhas, Carla Carisa e Celmira Barros, aos meus “lisboetas”, Almirzinho, Beto e Lú e as “covilhenses” Catarina Lima e Poliana Simões;

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta dissertação.



# Resumo

A presente investigação tem como objetivo realizar um diagnóstico da situação atual de utilização das entrevistas radiofónicas no conjunto da programação da Rádio Nacional de Angola, apresentar indicações de aperfeiçoamento, e produzir um Guia Prático de Técnicas de Entrevista.

Para atingirmos os nossos objetivos, estruturamos a nossa pesquisa em duas partes. A primeira parte centra-se na revisão da literatura em que explora a história da Rádio com destaque para a história da Rádio Nacional de Angola (RNA) que é o nosso campo de estudo, aborda o jornalismo como profissão, e explora a entrevista como género jornalístico.

Na segunda parte da pesquisa fizemos uma observação não participante na redação de programas da RNA, realizamos entrevista semiestruturada a 13 jornalistas da RNA, e analisamos 17 entrevistas sonoras, numa abordagem qualitativa.

A análise dos resultados obtidos conduziu-nos a proposta de estratégias para organização e estruturação de entrevista, bem como à sugestão à Rádio Nacional da criação de um Guia Prático de Entrevista, com algumas regras para a realização das mesmas, que podem ser melhoradas com o contributo dos vários profissionais da RNA.

## Palavras-chave

Rádio Nacional de Angola, jornalismo, géneros jornalísticos, entrevista, regras de entrevista.



# Abstract

This research aims to make a diagnosis of the current situation of radio interviews in the set of the National Radio of Angola, to present indications for their improvement, and to produce a Practical Guide of Interview Techniques.

To achieve our goals, we structured our research into two parts. The first part focuses on the literature review in which it explores the history of Radio, highlighting the history of the National Radio of Angola (RNA), which is our field of study, approaches journalism as a profession, and explores the interview as a journalistic genre. In the second part of the research, we performed a non-participatory observation in the RNA newsroom, conducted a semi-structured interview with 13 RNA journalists, and analyzed 17 sound interviews in a qualitative approach.

The analysis of the results obtained led to the proposal of strategies for a better organization and structuring of the interview, as well as to the suggestion to National Radio of the creation of a Practical Interview Guide, with some rules for the accomplishment of these, which can be improved in time with the contribution of the various RNA professionals.

## Key words

Radio of Angola, journalism, journalistic genres, interview, interview rules.



# Índice

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos .....	v
Resumo .....	vii
Abstract.....	ix
Lista de Figuras.....	xiii
Lista de Tabelas.....	xv
Introdução.....	1
Capítulo 1. A Rádio Nacional de Angola .....	3
1.1.    Breve Histórico do surgimento da Rádio.....	3
1.2.    A origem do Radiojornalismo .....	4
1.3.    História da Rádio Nacional de Angola .....	5
1.3.1.    As estações da Rádio Nacional de Angola .....	6
1.3.2.    Estrutura Orgânica da Rádio Nacional de Angola .....	8
Capítulo 2. Jornalismo como profissão.....	11
2.1.    O jornalismo nos países de expressão portuguesa .....	11
2.2.    Origem do Jornalismo .....	12
2.2.1.    A profissionalização do Jornalismo .....	13
2.2.2.    Os Estudos de Jornalismo na Academia .....	14
2.3.    O jornalismo em Angola .....	16
2.3.1.    O aparecimento dos primeiros Órgãos de Comunicação Social em Angola .....	17
2.3.2.    Profissionalização e ensino do jornalismo em Angola .....	18
2.3.3.    Instrumentos legais da atividade do jornalista em Angola .....	20
2.3.4.    Direitos e Deveres do jornalista angolano .....	22
Capítulo 3. A Entrevista como Género Jornalístico .....	23
3.1.    - Géneros Jornalísticos.....	23
3.2.    A Entrevista .....	24
3.2.1.    Tipos de Entrevistas .....	26
3.2.2.    Regras e Técnicas de Entrevista.....	27
3.2.3.    Entrevista Radiofónica .....	29

Capítulo 4. Enquadramento Metodológico .....	33
4.1. Objetivos .....	33
4.2. A Entrevista .....	34
4.3. Observação não participante .....	36
4.4. Abordagem Qualitativa .....	37
4.5. Participantes .....	38
4.6. Procedimentos Éticos .....	40
Capítulo 5. Apresentação e Discussão dos Resultados .....	41
5.1. Apresentação e Discussão dos Resultados da Observação não participante .....	41
5.2. Caracterização socioprofissional dos jornalistas entrevistados .....	44
5.3. Apresentação, Análise e Discussão das entrevistas.....	46
5.4. Análise e discussão dos conteúdos do conjunto de entrevistas sonoras recolhidas na RNA .....	56
Capítulo 6. Propostas e Considerações Finais .....	63
6.1. Proposta de Técnicas de Entrevista de Rádio .....	63
6.2. Considerações Finais .....	66
Bibliografia.....	69
Anexos .....	73

# Lista de Figuras

Figura 1: Estrutura Orgânica da Rádio Nacional de Angola .....9

Figura 2: Tempo de Profissão dos jornalistas entrevistados ..... 45



# Lista de Tabelas

Tabela 1: Entrevistas sonoras por Especialidade .....	35
Tabela 2: Habitações Académicas dos jornalistas entrevistados .....	45
Tabela 3: Cursos profissionalizantes dos jornalistas entrevistados .....	46



# Introdução

A Entrevista Radiofónica caracteriza-se tanto como um género jornalístico autónomo, quanto como um formato complementar utilizado em outros géneros, especialmente nas grandes reportagens jornalísticas.

Em qualquer caso, a entrevista radiofónica pauta-se por técnicas que devem considerar a dimensão jornalística de modo geral, enquanto forma de produção de informação e conhecimento, quanto às especificidades do suporte rádio.

A entrevista não pode ser entendida apenas como uma técnica para obter respostas pré-estabelecidas por meio de um questionário pré-formulado, pois não é desta maneira que se coloca em prática a comunicação, compreendida enquanto interpelação e o diálogo com vista à obtenção de informação (Mozzini, 2003).

No caso específico da rádio, em que a emissão não conta com o suporte da imagem, a entrevista torna-se ainda mais exigente. Para Raimundo (2005) a entrevista na rádio constitui um género jornalístico de relevância. A voz e o ambiente sonoro substituem a imagem, o que exige maior rigor. Mas tem também potencialidades próprias: nenhuma entrevista escrita consegue reproduzir emoções com a força e a expressividade que a voz humana possui.

Assim, a entrevista como género jornalístico num determinado meio de comunicação deve ser preparada de forma tecnicamente competente com relação às potencialidades e limitações do meio, para que o jornalista obtenha os resultados desejados. Além disso, e independentemente do meio a que se destina, esta preparação implica procurar informações, investigar os dados e atualizar-se nos diferentes aspetos relacionados ao assunto em questão, bem como sobre o entrevistado, para que se possa retirar o máximo de informação, cumprindo cabalmente com os objetivos traçados para a entrevista.

É com este objetivo que este trabalho se propõe realizar um diagnóstico da situação atual de utilização das entrevistas radiofónicas no conjunto da programação da Rádio Nacional de Angola, apresentar possíveis indicações de aperfeiçoamento, e produzir um manual de técnicas e boas práticas de entrevista em rádio. Para tanto, faremos uma revisão teórica compreensiva sobre a entrevista enquanto género e enquanto técnica jornalística, focando sempre que possível nas especificidades do meio radiofónico, trabalho que será complementado com uma observação não participante e entrevista semiestruturada aos jornalistas da Rádio Nacional de Angola, numa abordagem qualitativa.

A motivação para apresentação do tema surge por três fatores:

- por ser jornalista da Rádio Nacional de Angola (RNA) tenho consciência da importância da entrevista como género jornalístico e como suporte de outros géneros, garantindo a qualidade do trabalho enquanto servidor público;
- na Rádio Nacional de Angola não existe um manual para a realização de entrevistas que possa ser consultado. As entrevistas são feitas com base em aprendizagens diárias com profissionais experientes, que dão o seu testemunho e algumas vezes fazem o acompanhamento dos trabalhos, bem como em ensinamentos adquiridos com cursos de capacitação, formação académica e autocapacitação;
- no dia 8 de janeiro de 2018 o presidente de Angola, João Lourenço, concedeu a primeira “entrevista coletiva” à imprensa angolana e internacional, depois da tomada de posse enquanto titular do executivo angolano. Esta entrevista, considerada um marco para a história do País por ser a primeira enquanto presidente, foi criticada pela classe jornalística por uma alegada falta de atitude e pertinência nas questões colocadas pelos próprios jornalistas, tendo sido também criticada pela sociedade civil, que aguardava perguntas dirigidas aos vários desafios de governação na área política, social e financeira de Angola.

Com este estudo, quisemos compreender se as entrevistas conduzidas na RNA se adequam aos critérios técnicos recomendados pelos estudos relacionados na área de produção radiofónica, e se os profissionais possuem qualificações que garantam conhecimento da aplicação das técnicas de entrevista.

Para alcançarmos o nosso objetivo, dividimos o estudo em 6 capítulos. No 1.º capítulo foi feita uma incursão sobre a história da Rádio Nacional de Angola que é o nosso campo de estudo. No 2.º capítulo abordamos a implementação do jornalismo como profissão em alguns países, como o caso de Angola e Portugal. No capítulo 3.º retratamos os tipos, regras e técnicas de entrevista enquanto género jornalístico. No capítulo 4.º foi feito o enquadramento metodológico, onde explicamos como foi o processo de recolha de dados que permitiu a elaboração do estudo. No capítulo 5.º foram discutidos e apresentados os resultados que nos levaram a apresentar no 6.º capítulo, referente às considerações finais, a “Proposta de estratégias para organização e estruturação de entrevista”, bem como a sugestão à Rádio Nacional da criação de um Guia Prático de Entrevista, com algumas regras que poderão ser melhoradas com o contributo de vários profissionais da RNA.

# Capítulo 1. A Rádio Nacional de Angola

## 1.1. Breve Histórico do surgimento da Rádio

A abordagem principal da nossa pesquisa será feita na Rádio Nacional de Angola. Assim, julga-se necessário descrever de forma sucinta o surgimento da Rádio do mundo.

Em 1863, a história da rádio <sup>1</sup>teve início na cidade de Cambridge em Inglaterra, por iniciativa do professor de física experimental, James Clerk Maxwell, quando demonstrou a sua teoria sobre a provável existência de ondas eletromagnéticas.

Depois desta descoberta, outros pesquisadores começaram a interessar-se pelo assunto, como foi o caso do alemão Henrich Rudolph Hertz, que em 1887, inspirado pelas teorias de Maxwell, construiu um aparelho onde se verificava a deslocação de faíscas através do ar. Assim Hertz conseguiu passar energia elétrica entre dois pontos sem utilizar fios. Este aparelho produzia correntes alternadas de período extremamente curto, que variavam rapidamente. Com esta experiência, Hertz provou a teoria de Maxwell de que a eletricidade circula através da atmosfera em forma de onda. Estas ondas são as ondas de rádio, chamadas de Ondas Hertzianas em homenagem a Hertz.

Este meio de comunicação foi-se desenvolvendo em função da própria dinâmica das sociedades, e a sua aplicação à divulgação de informação e notícias esteve na origem do jornalismo radiofónico.

O jornalismo radiofónico foi historicamente condicionado pelas características dos meios usados para a veiculação das mensagens e pelas circunstâncias da receção. O radiojornalismo sempre interagiu com o jornalismo e mais recentemente com o jornalismo on-line. Apesar de existir desde a segunda década do século XX, o radiojornalismo como tendência para o jornalismo interpretativo se desenvolveu a partir dos anos sessenta. A rádio passou por uma primeira fase histórica de receção pública, por uma segunda fase de receção em que se assistia em família e por uma terceira de receção individual em que é possível cada um em qualquer lugar conseguir ouvir a rádio que deseja, seja por meio de rádio ou por meio de um telefone (Sousa, 1996).

Durante a 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial, houve um certo abrandamento na difusão da tecnologia de rádio. Nos Estados Unidos, todas as patentes foram confiscadas, porque os governantes entenderam a importância deste meio para a segurança do estado, por isso proibiram o uso para fins exclusivamente civis (Nogueira, 2016).

---

<sup>1</sup> Disponível em [http://www.av.it.pt/nbcarvalho/radio/Historia\\_Radio.htm](http://www.av.it.pt/nbcarvalho/radio/Historia_Radio.htm), acessado em 8.6.17

Estas limitações acabaram por dar mais importância a este meio, pois o nível das audiências cresceu, pese embora as restrições impostas pela guerra. Tanto que, a partir daí, as forças armadas dos países em guerra vislumbraram a importância tecnológica do meio radiofónico e passaram a comercializar os aparelhos que eram distribuídos às tropas como instrumentos táticos para comunicação à distância (Rodrigues, 2006).

Segundo Bessa (2004), a rádio desenvolveu-se como meio de comunicação de massas no início dos anos 20, quando Frank Conrad, funcionário e radio amador da empresa norte-americana Westinghouse, sugeriu à direção que esta realizasse uma emissão regular, para assim servir de motivação para a compra dos recetores que fabricava. Frank Conrad produzia um programa musical na garagem da sua casa e já tinha conquistado um número considerável de ouvintes.

Com o começo das emissões na empresa onde trabalhava, Conrad transferiu o seu estúdio para a Westinghouse e inaugurou a primeira emissora profissional do mundo no dia 2 de novembro de 1920, transmitindo oito horas seguidas de programa, emitindo os resultados das eleições presidenciais americanas.

Em 1923, existiam mais de quinhentas emissoras profissionais licenciadas na América do Norte (Bessa, 2004).

Com o desenvolvimento das tecnologias, o jornalismo radiofónico atualmente tem contribuído para a consolidação das nações e aproximação entre os povos.

Apenas com a voz é visível a magia que se consegue transmitir, permitindo que o ouvinte se deslumbre e viaje pelo mundo.

## **1.2. A origem do Radiojornalismo**

Nos primeiros anos em que as estações de rádio funcionaram não difundiam informação.

Mas as coisas mudaram com a criação, em Pittsburgh, nos Estados Unidos, no dia 2 de novembro de 1920, da primeira emissora profissional do mundo - a KDKA. A emissão inaugural era toda ela informativa, transmitindo, ao longo de oito horas, os resultados das eleições presidenciais americanas, em colaboração com o jornal Pittsburgh Post. A partir desta altura, as notícias passaram a ter espaços próprios na rádio, e em 1924, cem empresas norte-americanas já tinham emissoras de rádio (Meditsch, 1999).

Em 1927, a American Newspaper Publishers Association dá a sua bênção ao radiojornalismo, proclamando que a difusão de notícias pela rádio estimulava a venda de jornais (Meditsch, 1999, p. 24).

Segundo Lewis e Botch (1989) citado por Sousa (2006, p. 95) em Inglaterra o governo só autorizou a transmissão de notícias pela rádio depois de serem publicadas na imprensa.

Ives Lavoine (s/d, p.52), igualmente citado por Meditsch (1999, p. 25), assinala que em França, em 1937 as rádios só poderiam realizar duas reportagens por semana para serem emitidas três horas depois da saída dos jornais. Mas, depois da Segunda Guerra Mundial a situação evolui favoravelmente.

O radiojornalismo revolucionou a ideia da reportagem, com as transmissões em direto e reformula os conceitos de tempo e de notícia em função dos noticiários emitidos de hora em hora (sousa, 2006)

Para Meditsch (1999) nos dias de hoje, a rádio trilha novos caminhos. A especialização é um deles. Além das rádios generalistas existem rádios segmentadas, entre as quais rádios informativas. Não quer isto dizer que uma rádio informativa não possa passar outro tipo de programação.

A diferença é que uma rádio informativa oferece maior profundidade na informação e é procurada pelo público que deseja, sobretudo, obter boa informação (Sousa 2006, p. 95).

### **1.3. História da Rádio Nacional de Angola**

A Rádio Nacional de Angola é um órgão de comunicação social público que tem como um dos objetivos garantir ao cidadão o direito de informar e ser informado.

A história de Angola e da colónia da administração portuguesa é algumas vezes confundida com a história da radiodifusão em Angola. O percurso da Rádio Nacional passou por várias etapas, desde a fusão das rádios clubes dominados pelos Portugueses nas últimas quatro décadas até à independência de Angola em 1975.

A criação da rádio oficial em Angola teve início em 1951 com o estabelecimento de um Gabinete de Radiodifusão adstrito à direção dos Serviços de Correios, Telégrafos e Telefones com transmissões aos finais de semana, pois se encontrava em fase experimental (Freitas, 2017).

No mesmo ano, em 1951, foi criada temporariamente a Comissão Coordenadora do Plano de Radiodifusão em Angola. A referida comissão tinha, dentre outros objetivos, elaborar o plano geral de radiodifusão de Angola, preparar os concursos para aquisição de material técnico, bem como requerer funcionários (Santos, 2002).

Um ano depois, em 1952, começou oficialmente a RNA com uma emissão diária e uma programação virada para a propaganda política, fundamentalmente nos espaços noticiosos. Atualmente designada Rádio Nacional de Angola, esta estação emissora foi o primeiro órgão do Estado português que antes da independência já prestava serviço público à causa da revolução angolana, pelo que se tornou num veículo muito importante na emissão de discursos oficiais do Estado angolano (Mateus, 2001)

Na mesma data foi nomeada a comissão diretiva da empresa, publicada na Portaria do Boletim Oficial de Angola. A princípio, a estação emitia 20 horas diárias. Somente a partir de 04 de fevereiro de 1974 passou a emitir ininterruptamente 24 horas por dia. (Pedro, 2017)

Segundo ainda Carla Cristina Pedro, em 1975, com a proclamação da independência de Angola estes documentos deixaram de ter efeito, uma vez que a então Emissora Oficial de Angola (EOA) passa a ter o estatuto de Rádio Nacional de Angola. O ato jurídico da passagem da EOA à RNA foi através do despacho nº02/MINFA/75 de 08 de dezembro de 1975, assinado pelo então Primeiro-ministro, Lopo do Nascimento.

A então emissora Oficial de Angola passou a designar-se por Radiodifusão Nacional de Angola, adotando o prefixo de Rádio Nacional de Angola, o que levou à atualização do estatuto Orgânico da Empresa com a publicação do Decreto nº. 76/97 de 31 de outubro, nos termos do art.º 3 que revoga todas as leis anteriores.

Em 2010, em função da dinâmica das organizações o Decreto-lei sofreu mais reajustes e em consequência foi aprovado em Decreto Presidencial nº 206/10, de 23 de setembro, o Estatuto da Radiodifusão Nacional de Angola - EP para ajustá-lo à Lei constitucional do País e às orientações para a gestão das empresas públicas. (Pedro, 2017)

A 5 de outubro de 1975 o Presidente da República de Angola, António Agostinho Neto visita às instalações Rádio Nacional de Angola e a partir deste data, a Rádio Nacional passou a festejar as suas comemorações neste dia em homenagem à visita feita pelo primeiro presidente de Angola.

A RNA atualmente está representada nas 18 Províncias de Angola numa transmissão ininterrupta.

Como forma de expandir os seus serviços ao nível dos municípios e comunas, abriu centros de produção nas regiões mais recônditas de País, algo que em 1975 era impensável devido à guerra civil em curso.

Em Luanda a RNA possui 5 canais principais; o Canal A que emite para todo o País, a Rádio Cinco que é o canal desportivo, o N'gola Yetu onde é feita a emissão em línguas nacionais, o Canal Internacional emite em línguas estrangeiras, e o Canal FM Estéreo que divulga as músicas angolanas e internacionais.

A RNA possui igualmente uma Rádio online e uma página oficial na Internet que até a data da nossa investigação se encontrava em inoperante, ou seja, em fase de atualização.

### **1.3.1. As estações da Rádio Nacional de Angola**

Como já referenciado no seu histórico, a rádio nacional de Angola dispõe de várias estações a nível de todo o país, com especificidades para garantir o seu funcionamento.

Segundo Pedro (2017), em Luanda, capital do país, possui cinco estações que resumidamente se descrevem:

## Canal A

Sendo a principal estação da RNA, transmite a sua frequência nacional ao nível das 18 Províncias do País, com programas de especialidades e entretenimento, informação e os principais jornais.

O canal A elabora e controla os conteúdos adequados à nova era comunicacional, promove programas de resgate aos valores patrióticos, morais e cívicos, assegura o interesse público e a audiência com uma grelha atrativa, proporciona trabalhos em todos os géneros jornalísticos sem perder de vista o primado do ouvinte e do interesse público.

Ao nível da Informação, supervisiona todos os trabalhos informativos, elaborados em forma de noticiários e informação de acordo a linha editorial da RNA, produz trabalhos em todos os géneros jornalísticos ao nível dos serviços noticiosos e espaços informativos da RNA, assegura um agendamento informativo diversificado, isento e imparcial capaz de responder ao interesse público e no respeito pela constituição angolana.

## Rádio 5

É a estação responsável pelos conteúdos desportivos a nível nacional e internacional com o objetivo de estimular a prática desportiva. É denominada Rádio Cinco por ser o quinto canal da Rádio Nacional a ser criado. O primeiro foi o canal principal Canal A, o segundo Canal Ngola Yetu<sup>2</sup>, o terceiro canal FM Estéreo e o quarto a Rádio Cidade hoje Rádio Luanda.

## N'gola Yetu

É a estação que transmite as 14 línguas nacionais (locais) que são subdivididas em grupos etnolinguísticos nomeadamente: Umbundo, Kimbundo, Bângale, Nyaneka, Lunda, Songo, Luvale, N'ganguela, Helelo, Fiote, N'goya, Cokwe, Kikongo, Kwanhama. Com a transmissão destas línguas nacionais, garante que a informação chega a todas as zonas urbanas e suburbanas tendo em conta a diferenciação das línguas.

## Canal Internacional

É a estação que transmite os conteúdos em quatro principais línguas, nomeadamente: Inglês, Francês, Lingala e Português. A estação assegura uma informação aos estrangeiros que residem ou visitem o País de forma a projetar a imagem de Angola internacionalmente.

## Canal FM Stereo

É a estação que divulga e promove as músicas angolanas e internacionais para atualizar aos ouvintes nos mais diversos estilos musicais que predominam a cultura nacional e internacional.

---

<sup>2</sup> A expressão Ngola Yetu em diferentes línguas materna de Angola que significa “nossa angola”.

### **1.3.2. Estrutura Orgânica da Rádio Nacional de Angola**

O Decreto Presidencial nº 206/10 de 23 de setembro aprova o Estatuto da Radiodifusão Nacional de Angola – E. P., RNA-E. P, empresa pública de interesse público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial. (Anexo 1)

A empresa Radiodifusão Nacional de Angola tem a sua sede na cidade de Luanda, na Rua Comandante Gika, e exerce a sua atividade em todo o território Nacional podendo, por deliberação do conselho de administração, estabelecê-la em novo local, bem como criar representações ou delegações em Angola ou no estrangeiro, ouvido o órgão de tutela.

O Estatuto da Empresa Pública da Radiodifusão Nacional de Angola no seu artigo 7, dispõe os seguintes órgãos da empresa:

- a) Conselho de administração, como órgão de Gestão;
- b) Conselho Fiscal, como órgão Fiscalizador;
- c) Conselho Consultivo, como órgão de consulta e de apoio.

Para os órgãos aqui citados, os três membros do conselho estão desenvolvidos na secção II no seu artigo 8.º e são nomeados e exonerados pelo presidente da república, após apreciação em conselho de Ministros e respondem perante os ministros da coordenação económica e da comunicação social na condição de responsável da radiodifusão de Angola.

A RNA possui um Presidente do Conselho de Administração, coadjuvado pelos 4 Administradores concretamente, Administrador para as áreas de Marketing e Intercâmbio, Administrador para os Conteúdos, Administrador para Administração e Finanças e Administrador para a área técnica.

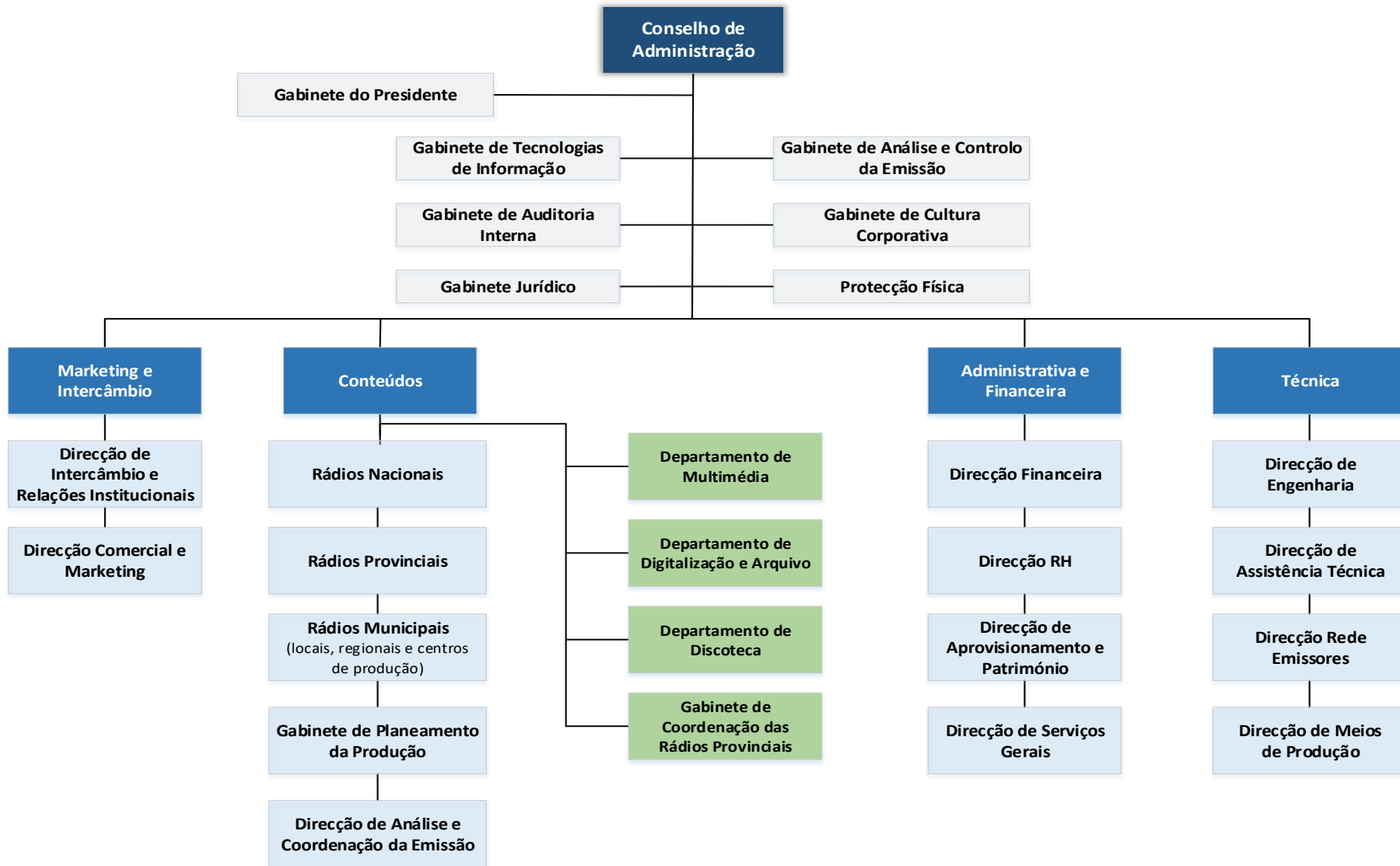


Figura 1. Estrutura Orgânica da Rádio Nacional de Angola



# Capítulo 2. Jornalismo como profissão

## 2.1. O jornalismo nos países de expressão portuguesa

O jornalismo é uma profissão com séculos de história e que tem vindo a se desenvolver ao longo do tempo. Perceber como em alguns Países esta prática começou a emergir é importante para fundamentar a importância desta atividade profissional e compreender as suas transformações.

Entre a década de 40 e meados da década de 70 o jornalismo começou a representar o auge da Teoria da Responsabilidade Social nos Estados Unidos. Este período foi caracterizado como a fase de ouro na imprensa. Foi a partir daí que o jornalismo começou a ganhar força enquanto uma profissão voltada exclusivamente para os interesses do mercado (Pereira, 2009).

Com o desenvolvimento das trocas comerciais ao nível da Europa no século XVII houve um aumento do nível de alfabetização. A sociedade, sujeita a transformações, instabilidade e mudanças, necessitava de informação. Por isso, havia não só receptividade para as notícias, como também matéria-prima para sustentar o aparecimento do primeiro jornal denominado *Gazeta* (Sousa, 2008).

No Brasil, o movimento pela independência de 1820 favoreceu o desenvolvimento da imprensa. A 1 de junho de 1821 começa a circular o primeiro jornal informativo do Brasil, o *Diário do Rio de Janeiro* que foi precursor no jornalismo de informação, mas que não se distanciou da fase da ditadura (Rizzotto, 2012).

Se olharmos para alguns Países de África como Moçambique, Cabo-verde e Angola podemos constatar que a história do jornalismo começou com a publicação de um boletim oficial do Governo.

Segundo Hohlfeldt (2009) o jornalismo em Moçambique teve início em 1854 com a criação de um Boletim Oficial publicado a partir de 13 de maio. Anos depois, em 1864 surge o primeiro jornal não oficial intitulado “*o progresso*”. O jornal editado a partir da ilha com o mesmo nome tratava de assuntos religiosos, comerciais e agrícolas. Mas, em função da ditadura política o mesmo foi censurado na sua primeira edição e assim extinguiu-se. Tendo ressurgido no final do século XIX.

Em Cabo Verde, o primeiro jornal oficial foi publicado em outubro de 1877 e intitulava-se independente. Tratava-se de um semanário noticioso, literário e político. Este surge depois de o Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde e começou a circular a partir de 24 de agosto de 1842.

Em Angola, a realidade não é diferente, a história do jornalismo surge também com o primeiro Boletim Oficial do Governo, publicado em setembro de 1845 e posteriormente surgiram outras publicações.

## 2.2. Origem do Jornalismo

O jornalismo pode ser entendido como uma narrativa de fatos que se constrói para ser contada ou mostrada por intermédio de meios de comunicação de massas, e que é realizada de forma profissional seguindo protocolos rígidos de pesquisa e verificação de factos.

Esta construção segundo Gradim (2007) consiste em apurar, recolher e coligir informação, redigindo-a sob a forma de notícia.

Situar de forma histórica a origem do jornalismo não é uma tarefa fácil. Alguns autores defendem que falar da origem do jornalismo é o mesmo que falar da origem do homem, pois, a comunicação remonta há milénios.

Pode dizer-se que há transmissão de informação e notícias desde o tempo em que o homem começou a desenvolver-se em sociedade. Sousa (2008) refere que o jornalismo tem as suas origens nos tempos remotos, quando os seres humanos começaram a contar histórias para entreter e para preservar o seu património histórico.

Segundo Sousa, é possível verificar em algumas pinturas rupestres deixadas pelos nossos antepassados acontecimentos marcantes vividos e que servem de testemunhos da vida quotidiana, embora estas obras artísticas possam ter outras finalidades, místicas e mágicas. Reafirma que o início das civilizações foi marcado por um salto evolutivo da humanidade, caracterizado por fenómenos como o advento da escrita, provavelmente devido às necessidades comerciais de registo dos bens trocados e às necessidades sociais de administração das primeiras cidades. Com a invenção da escrita, decorreram concomitantemente várias transformações, como os registos dos atos administrativos, processo este que resultou também na arte de transmitir informações, novidades e de preservar a memória histórica.

Com Gutenberg, a invenção de um sistema mecânico de tipos móveis revolucionou a Imprensa. Pode dizer-se que foi no século XIX que se assistiu ao desenvolvimento do primeiro mass media, a imprensa, que viria a seu tempo originar o aparecimento do jornalismo.

A expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos postos de trabalho fazendo com que várias pessoas se dedicassem a esta atividade que tinha como objetivo fornecer informação isenta e verificada, e não propaganda. Este paradigma viu nascer valores que hoje ainda são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, o equilíbrio e uma noção de serviço público (Traquina, 2005).

Nelson Traquina sublinha ainda que o século XIX trouxe mudanças significativas na história do jornalismo concretamente: 1) a industrialização da imprensa, a sua expansão e o nascimento do que o autor denomina de “o mito do quarto poder”, 2) a imprensa passou a fornecer factos e não opinião, isto é, informação isenta e não propaganda e 3) o jornalismo deixou de ser uma atividade dependente dos políticos para conquistar uma autonomia relativa, em que se desenvolveram técnicas e um saber especializado do que é notícia, dando

um “cunho” mais profissional ao jornalismo; 4) e assim o jornalismo passou a ser visto como um serviço público em que a notícia era o alimento que os cidadãos precisavam para exercerem os seus direitos democráticos.

Com o desenvolvimento do jornalismo e todas as transformações existentes, no início do século XX, o jornalismo ganhou maior representatividade na esfera pública. Atualmente, o jornalismo e o jornalista têm hoje uma profissão mais completa e consolidada que vai crescendo e ao desenvolver vai-se tornando mais especializada.

### **2.2.1. A profissionalização do Jornalismo**

Com o surgimento do jornalismo e a sua expansão, começou também o desafio de fazer dele uma profissão bem delimitada e consolidada. Tal como vimos, vários empregos foram criados para que os jornais pudessem ser divulgados e assim disseminar a informação.

Esta evolução deu origem à figura do repórter, e ao jornalismo popular e sensacionalista. As empresas de comunicação tornaram-se desafiadoras na promoção da profissionalização do jornalista, na luta pela profissão assente na formação de organizações, como sindicatos e associações (Lopes 2010). Pois, apesar de existirem “profissionais” que garantissem os conteúdos jornalísticos, inicialmente esta atividade não era considerada propriamente uma profissão.

Segundo Correia (2011), durante décadas, o jornalismo foi entendido como uma simples ocupação que poderia existir sem a necessidade de uma formação especializada. Gerou-se, deste modo, um dilema entre a profissionalização, associado à prática, à capacidade e à competência, e o saber universitário, gerando dúvidas sobre a natureza da profissão.

Alguns autores consideravam inviável a submissão do jornalismo às regras que estruturam uma profissão, chegando mesmo a classificá-lo como uma semi-profissão ou uma quase profissão devido à sua complexidade. Por um lado, é uma atividade económica, geradora de lucro, por outro lado funciona como parceiro da humanidade, saindo em defesa dos valores que a estruturam (...) a preocupação do mercado foi de responder ao aumento de leitores, formando profissionais ágeis e competentes para o cumprimento das exigências, este processo de formação haveria de resultar forçosamente num profissional preparado para responder as exigências do jornalismo (Coelho, 2015).

Entre discussões e posicionamentos, o facto é que o jornalismo começou a constituir-se como profissão na segunda metade do século XIX, com a fase industrial da imprensa. Várias foram as formas encontradas para promover a profissionalização do jornalismo, sendo uma delas a criação de clubes, associações, sindicatos e demais organizações.

Nos Estados Unidos, na capital, Washington foi organizado em 1867 um clube socialmente exclusivo denominado *Washingtons correspondents Clubs*. Em Nova Iorque foi criado em 1873 o *News York press club*. Nos anos 1880, organizaram-se clubes de jornalistas nas cidades de Chicago, Milwaukee,

Boston, St. Paul e Francisco. Outro clube inclusivo, o *Gridiron Press club* foi criado em 1885. Mas tarde, em 1908 foi criado o *National Press club*. O mesmo aconteceu em Inglaterra, em que em 1884 se assistiu à criação da *Associação Nacional dos Jornalistas* (Tranquina, 2005).

Elliot, citado por Traquina (2005) refere que inicialmente essas associações tinham como objetivo melhorar as condições de trabalho dos jornalistas, proteger a sua reputação e ajudá-los em situações de dificuldades. Contudo, o principal objetivo era conseguir um estatuto profissional para os jornalistas, promover os seus interesses, elevar o seu estatuto social e as suas qualificações.

Os movimentos e associações seguiram-se por outros Países, como França, com a criação do *sindicato da Imprensa Parisiense*, criado em 1882 que se juntou a outras para ajudarem a construir a coesão da profissão.

Em Portugal, com o mesmo objetivo emergem algumas associações. Em 1880, surge a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, cinco anos depois é fundada Associação de Jornalistas e Homens de Letras. Em 1896 surge associação de jornalistas, da qual que podiam fazer parte escritores que não faziam do jornalismo a sua ocupação habitual.

Este movimento contribuiu para que o jornalismo se tornasse numa profissão em todo o mundo, cenário a que se assiste atualmente.

Fidalgo (2005) refere que os jornalistas fizeram o caminho da profissionalização, e alcançaram um estatuto muito próprio o que os faz serem reconhecidos e tratados como profissionais, embora persistam algumas dúvidas sobre os reais fundamentos desta conquista.

O certo é que, o jornalismo é hoje uma profissão desafiadora em todo o mundo, pese embora todas as vicissitudes ultrapassadas para esta conquista.

### **2.2.2. Os Estudos de Jornalismo na Academia**

Com a expansão do jornalismo a nível do mundo, as exigências da profissão aumentaram com realce para a formação em jornalismo.

Começaram assim os debates entre jornalistas, sindicatos e sociedade civil sobre a necessidade ou não de implementar cursos de jornalismo na academia. Para Gradim (2014, p. 8) o ensino do jornalismo em escolas, fora das práticas institucionalizadas nas redações, remonta aos finais do século XIX, mas num sentido muito lato, o interesse no estudo da comunicação pode ser feito remontar à antiguidade, a partir do momento em que as questões da significação e transmissão de informação captaram a atenção e imaginação de intelectuais e filósofos.

Segundo Gradim (2014), a formação académica em jornalismo teve início nos Estados Unidos com a primeira escola da área verdadeiramente relevante. A mítica *Columbia Graduate School of Journalism* abriu em 1912, permanecendo em atividade até hoje, é a mais antiga escola de jornalismo da Ivy League americana.

Em Espanha o ensino do jornalismo começou em 1926, com a criação de uma escola ligada ao jornal católico *El Debate*, inspirada pelo currículo da Universidade da Colômbia e pelas ideias de Joseph Pulitzer. O curso fechou 10 anos depois, em 1936, em função da ditadura política. Em 1962 a ditadura oficializou a entrada do ensino do jornalismo no Instituto de Jornalismo da Universidade de Navarra, tendo como entidade gestora a Igreja Católica, que funcionava como entidade cúmplice do regime. Contudo, esta formação era ministrada fora do espírito jornalístico por opção da ditadura, tendo funcionando até à década 70. No final da ditadura, em 1971, o Governo de Espanha oficializou o curso de jornalismo na academia (Coelho 2015).

Em Portugal o primeiro curso de graduação em Comunicação Social surgiu em 1979 na Universidade Nova de Lisboa. Mas somente em 1993 foi criado o curso com a denominação de Jornalismo, ministrado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Contudo, foi no Porto, na Escola Superior de Jornalismo, uma instituição de natureza privada, que surgiu a primeira escola voltada essencialmente para o ensino do jornalismo.

Apesar das datas referenciadas, os esforços para a criação de cursos superiores de jornalismo são bastante antigos em Portugal. As primeiras tentativas começaram em 1940, numa iniciativa do Sindicato Nacional dos Jornalistas. Esta não teve apoio oficial e por isso não avançou. Entre a classe existiam opiniões divergentes sobre a relevância da formação (Pinto, 2004).

Esta polémica não era apenas entre os jornalistas. De uma forma simplista, estavam os defensores que acreditavam no talento jornalístico, do outro surgiam os teóricos que afirmam que sem uma cuidada preparação ética, deontológica, filosófica, sociológica, cultural e técnica, o jornalista não estaria preparado para exercer a profissão (Correia 1998).

Esta discussão sobre a formação do jornalismo na academia não ocorreu em Angola nos mesmos termos e que se deu nos Países citados. Angola, independente desde 1975, é pioneira na formação superior em jornalismo. A primeira formação superior na academia teve início em 2000 no Instituto Superior Privado de Angola, numa altura em que os profissionais apelavam pela criação e funcionamento do curso.

Para Coelho (2015) uma das críticas apontadas à formação pelos representantes dos media surge de a necessidade dos planos curriculares refletirem uma maior aproximação à realidade profissional.

(...) Nesse sentido, o que parece realista e razoável não é fazer um discurso generoso contra o excesso de competitividade. Importa, isso sim, enfrentar os desafios de hoje. Estes passam por uma jogada em vários tabuleiros que não são contraditórios: exigir uma formação crescente dos jornalistas, que compreende uma clara dimensão universitária e um olhar cada vez mais interessado à componente ética e fazer o possível para que esse percurso académico seja cada vez mais aperfeiçoado à dimensão teórica e prática da preparação dos profissionais. O resto é estéril, antiquado e tem a ver com a realidade de uma classe que conhece mutações cada vez mais aceleradas (Correia 2011, p. 3).

Atualmente é notório em vários países a expansão de cursos de jornalismo. A prática demonstra ser fundamental esta exigência.

Sobreira (2013) reforça este argumento ao defender que o desenvolvimento de uma cultura profissional resulta na profissionalização de uma determinada atividade e passa pela existência de um corpo teórico sistematizado ministrado a nível académico.

Para a autora, o jornalismo é encarado pelos jornalistas como uma atividade que necessita de ser aprendida no âmbito de planos académicos e constituir um objeto de estudo para que seja compreendido, orientado e melhorado.

O jornalismo não é uma ciência estática, ele evolui com as sociedades e esta evolução é estudada nas academias.

Hoje é notável o modo como o campo dos estudos em jornalismo se autonomizou, afastando-se das práticas da “tarimba”, do ensino meramente profissional, e dos estudos de mass media, para constituir um campo de investigação que goza hoje de uma autonomia e respeitabilidade própria. São sinais dessa consolidação a existência já de várias revistas científicas dedicadas exclusivamente ao jornalismo, coleções de livros nas mais prestigiadas editoras académicas, um número crescente de publicações, secções próprias nas mais prestigiadas associações do sector que se materializam na realização frequente de conferências e congressos, bem como o número crescente de pós-graduações e teses de doutoramento produzidos nesta área (Gradim 2014, p.p 13-14).

### 2.3. O jornalismo em Angola

Em Angola, com a colonização portuguesa e a abertura para o comércio, a imprensa começa a dar os seus passos no século XIX.

Segundo Antunes (2004) este desenvolvimento pode ser contado de forma cronológica pelos seguintes fatos que marcarem a história do jornalismo em Angola de 1836 a 1916:

Em 1836 com base no artigo 13.º do Decreto de 7 de dezembro são criadas nas colónias ultramarinas portuguesas publicações que pudessem transmitir as informações legais, comerciais e gerais necessárias ao público residente na colónia.

Anos depois, em 1845 é publicado o primeiro Boletim do Governo Geral da Província de Angola. Esta publicação marcava então os primeiros passos da imprensa no País.

Em 1856 surge no país o primeiro jornal literário, denominada *Aurora*. Em 1867, em função da ditadura política e porque o jornalismo sofria censura e pressão, neste ano vários jornalistas angolanos foram condenados por alegados crimes de abuso de liberdade de imprensa.

Em novembro de 1881 é publicada a edição nº 1 do jornal *O Echo de Angola*, o primeiro periódico da chamada imprensa africana.

Em 1916 é publicado o Decreto de 31 de julho, que estabelece a censura preventiva aos periódicos.

Lopo (1694) prefere dividir a história do jornalismo angolano por três períodos:

O primeiro em que surge o *Boletim Oficial* em 13 de setembro de 1845, o segundo período marcado pelo aparecimento, em Luanda, do semanário “*A Civilização da África Portuguesa*”, isto a 6 de dezembro de 1866, e o terceiro período do jornalismo angolano que surge a 16 de agosto de 1923, também em Luanda, com o jornal “*A Província de Angola*”. Os três períodos do jornalismo podem designar-se assim: os primeiros passos do jornalismo, imprensa livre, jornalismo industrial e profissional em Angola.

Hohlfeldt (2009) refere que, a publicação da primeira série do Boletim Oficial do Governo de Angola em 1845 era constituída pela coleção da legislação da então colónia portuguesa. Esta publicação abriu portas para que outras publicações pudessem ser feitas no referido boletim, dando oportunidade também as publicações independentes inclusive angolanas.

Após a Segunda Guerra Mundial a Europa começa a criar investimentos em Angola. Neste período começa a florescer um novo ambiente político e nasce então uma geração de profissionais angolanos que se juntando à colónia portuguesa começam a publicar artigos no Boletim Oficial, isto em 1923.

### **2.3.1. O aparecimento dos primeiros Órgãos de Comunicação Social em Angola**

Com a independência de Angola, proclamada em 1975, surge uma nova etapa do jornalismo em Angola: o jornalismo passa a ser feito por angolanos.

A realidade quotidiana passa a manifestar-se e a ser descrita no discurso jornalístico embora, segundo Mateus (2001) este jornalismo estivesse completamente monopolizado pelo então Partido no Poder, o Movimento Popular de Libertação de <sup>3</sup>Angola (MPLA) que detinha os únicos órgãos de comunicação social na altura, a Rádio Nacional de Angola (RNA), a Televisão Popular de Angola (TPA) atual Televisão Pública de Angola, o Jornal de Angola e Agência Noticiosa Angolana PRESS (ANGOP).

Em 1991 com o fim do monopólio, o Governo angolano publica a 15 de junho, a Lei nº 22/91 que incentiva a criação de Órgãos de Informação privados (Mateus, 2001).

Conforme descrevemos acima, somente em 1991 Angola abre oportunidades para o incentivo à criação de órgãos de comunicação privados. Embora estivesse a funcionar de forma clandestina na altura a <sup>4</sup>Rádio *Voz da Resistência do Galo Negro* (Vorgan) atualmente

---

<sup>3</sup> O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) é um partido político Angolano, que governa o país desde sua independência de Portugal em 1975. Foi, inicialmente, um movimento de luta pela independência de Angola, transformando-se num partido político após a Guerra de Independência de 1961

<sup>4</sup> Acedido em <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/osmedia.html> . consultado aso 10.11.18

Rádio Despertai, pertença da União Nacional da Independência Total de Angola (UNITA), maior Partido de oposição do MPLA (Mateus, 2001).

A Lei sobre o incentivo a criação de órgãos de comunicação social privados motivou em 1992 o surgimento dos semanários, o Correio da Semana, Comércio Atualidade e Jornal Terra. A RádioVorgan, pertencente à UNITA, passa de forma legal a emitir a partir de Luanda (Mateus, 2001).

Surgem também as primeiras rádios privadas em 4 das 18 províncias do País, nomeadamente a Luanda Antena Comercial (LAC), a Rádio Comercial de Cabinda (RCC), a Rádio Morena Comercial (RMC) em Benguela e a Rádio 2000, no Lubango.

Para Ismael Mateus, com o reacender da guerra em 1991, o desenvolvimento da imprensa retrocede. Alguns meios de comunicação como a rádio da *Vorgan* e o jornal *Terra Angolana* passam novamente a funcionar de forma clandestina. Em 1992, a 20 de novembro, os Partidos MPLA e UNITA assinam o Protocolo de Lusaka<sup>5</sup> para o fim da guerra. Nesta altura abre-se novamente espaço para a comunicação social privada e ressurgem outros Órgãos de comunicação social que funcionam até a presente data.

Atualmente, em 2019, é visível em Angola um elevado número de órgãos de comunicação públicos e privados um pouco por todo o País. A título de exemplo, existem quatro estações televisivas, sendo uma pública que é a Televisão Pública de Angola, e três privadas nomeadamente a TV-Zimbo, TV-Palanca e a ZAP.

Ao nível da Rádio, o “*Grupo Rádio Nacional de Angola*” possui rádios públicas nas 18 províncias do País.

Em alguns municípios e comunas existem rádios privadas, nomeadamente a Rádio Católica de Angola (Eclésia), Luanda Antena Comercial (LAC), Rádio Comercial de Cabinda (RCC), Rádio Morena Comercial em Benguela (RMC), Rádio 2000, na Huíla, Rádio FM dentre outras.

Ao nível de imprensa, existe um único jornal diário pertencente ao Jornal Público de Angola. Já na imprensa privada existem vários semanários.

Atualmente é notório o crescimento dos Órgãos de Comunicação Social em Angola.

### **2.3.2. Profissionalização e ensino do jornalismo em Angola**

Face a este processo de desenvolvimento após a independência, Angola regista um crescimento em todas as áreas e o jornalismo é uma delas. Com esse crescimento, também aumentaram as exigências para exercer esta profissão, sendo uma delas a posse de formação na área.

---

<sup>5</sup> O Protocolo de Lusaka foi um tratado de paz que durou cerca de quatro anos e visava concluir a implementação dos acordos de paz para Angola assinado em 1991, em Lisboa, instaurar a uma Paz e justa duradoura no quadro de uma verdadeira e sincera reconciliação nacional. Acedido em [http://www.padoca.org/pag/Docs/Protocolo\\_Lusaka.pdf](http://www.padoca.org/pag/Docs/Protocolo_Lusaka.pdf) consultado aos 10.11.18

Os cursos de comunicação social estão na origem do curso de jornalismo ligado ao ensino de jornalistas na academia e fora dela. O treino em jornalismo foi o que impulsionou a entrada do ensino das Ciências da Comunicação na Universidade, embora o ensino do jornalismo em escolas remonte aos finais do Século XIX (Gradim 2014).

Angola somente em 2001 registou o primeiro curso de Ciências da Comunicação no Instituto Superior Privado de Angola e que se estende em algumas Universidades públicas e privadas e posteriormente, em 2005 surgem cursos de jornalismo.

Ao contrário do que sucedeu, por exemplo em Espanha onde houve inúmeras tentativas para começar o ensino do jornalismo na academia, em Angola esta discussão estava muito longe de acontecer, pois, desde 1942 já existiam jornalistas, ainda que timidamente, mas depois da independência, o jornalismo tornou-se efetivamente uma profissão e os angolanos interessados em frequentar um curso superior na área procuravam outros países, caso de Portugal, para completarem a sua formação, que passava pela frequência de cursos de jornalismo, comunicação social ou ciências da comunicação.

A expansão de cursos de jornalismo e de ciências da comunicação que existem pelo mundo, que atraem milhares de alunos, demonstra que o jornalismo constitui uma profissão atrativa. As causas deste crescimento estão ligadas ao mito por trás da profissão, à imagem pública e às figuras jornalísticas criadas em Hollywood (Sousa, 2006). Podemos, além disso considerar que o desejo de ser jornalista surge como vocação enraizada e manifesta-se de forma precoce por razões de ordem sentimental ou política (Correia & Baptista, 2000).

Este crescimento também é notável em Angola. Atualmente existe apenas a ministração das licenciaturas em jornalismo, ciências da comunicação e comunicação social, lecionadas em mais de cinco universidades privadas e numa universidade Pública. Em função da falta de quadros com níveis de formação superiores, ainda não é possível em Angola a ministração de cursos de mestrado e doutoramento, das áreas mencionadas.

A ideia de que a formação académica deve ser um escudo para ajudar o jornalista a proteger-se dos efeitos do mercado está diretamente relacionada com a profissionalização (Coelho 2015). Vejamos que, em Angola, depois de as academias começarem a dispor de cursos de jornalismo não apenas na capital em Luanda como também em demais províncias, houve a necessidade de se ajustar as exigências no acesso à profissão.

Assim, surge o Estatuto do Jornalista, Lei n.º 5/2017 de 23 de janeiro, a dispor que, para o acesso à profissão é necessário ter como habilitações literárias a licenciatura em Jornalismo, Ciências da Comunicação ou Comunicação Social, e que podem também ter acesso à profissão os licenciados em outras áreas do saber, desde que frequentem com sucesso uma formação especializada em técnicas de Jornalismo com duração não inferior a um semestre, numa instituição credenciada para o efeito.

Ser jornalista em Angola, como em qualquer país, é um desafio que requer um bom nível de conhecimento, “discernimento para distinguir o essencial do acessório, compromissos éticos, domínio de comunicação na língua materna e em línguas estrangeiras, humildade para reconhecer que não se é detentor da verdade, saber ouvir, e interpretar” (Sousa, 2006).

A estas qualidades acrescentam-se a obrigação de cumprimento das leis e regras existentes: “o Jornalista cumpre escrupulosamente o código e os princípios éticos que norteiam a sua atividade. Por dever, mas também no seu melhor interesse” (Gradim 2000, p. 33).

### 2.3.3. Instrumentos legais da atividade do jornalista em Angola

O jornalista é um profissional que tem a missão de pesquisar, recolher, seleccionar e dar tratamento a factos destinados à divulgação, com fins informativos, em meios ou órgão de comunicação social, enquanto servidor do interesse público.

O que distingue os jornalistas de todos os produtores de informação é o método que o jornalista utiliza na recolha e distribuição dessa informação; é a capacidade de olhar para a realidade seleccionando-a, transformando factos em notícias, a que se atribuí o estatuto do acontecimento. A distinção reside no método, mas também na forma como ele aplica, no quadro dos valores e compromissos que o jornalismo associa ao aparentemente simples processo de recolha e transmissão de notícias (Coelho, 2015 p 61).

O jornalista como qualquer outra profissional se rege por leis e normas que norteiam o exercício da sua atividade. Em Angola, atuação do jornalista está consagrada nos seguintes instrumentos legais:

- a) Lei de Imprensa, Lei n.º 1/2017 de 23 de<sup>6</sup> janeiro. A lei estabelece os princípios gerais que devem enquadrar a atividade da comunicação social na perspetiva de permitir a regulação das formas de acesso e exercício da liberdade de imprensa, que constitui um direito fundamental dos cidadãos, constitucionalmente consagrados;
- b) Lei da Entidade Reguladora da Comunicação Social, Lei n.º 2/2017 de 23 de<sup>7</sup> janeiro. A Lei define as atribuições, as competências, a composição, a organização e o funcionamento da referida entidade. A entidade reguladora da comunicação social angolana tem a natureza de entidade administrativa independente, exercendo atividades de regulação e de supervisão da comunicação social em conformidade com o disposto na constituição e demais leis do País;
- c) O Estatuto do Jornalista, Lei n.º 5/2017 de 23 de<sup>8</sup> janeiro. A Lei define os parâmetros do exercício da profissão de jornalista, no respeito e observância das normas legais e pertinentes e da ética e deontologia profissional, assim como os direitos e deveres e responsabilidades; garante igualmente, o direito dos jornalistas ao acesso às fontes de informação e ao sigilo profissional, bem como estabelece o princípio da responsabilidade por atos por eles praticados,

---

<sup>6</sup> Acedido em <http://www.mcs.gov.ao/verlegislacao.aspx?id=1192> , consultado aos 10.11.18

<sup>7</sup> Acedido em <http://www.mcs.gov.ao/verlegislacao.aspx?id=1192> , consultado aos 10.11.18

<sup>8</sup> Acedido em <http://www.mcs.gov.ao/verlegislacao.aspx?id=1192> , consultado aos 10.11.18

que infringem a lei. Aplica-se a todos os jornalistas nacionais, estrangeiros e estagiários, no exercício das suas funções em território angolano e que não se encontram em situação de incompatibilidade, nos termos da presente lei e demais legislação aplicável.

Para além dos instrumentos legais citados, a Constituição da República de Angola de 05 de fevereiro de 2010, no seu artigo 40 com a epígrafe “A Liberdade de expressão e de informação”, no número 1, consagra o direito de exprimir, divulgar e compartilhar livremente os seus pensamentos, as suas ideias e opiniões, pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, bem como o direito e a liberdade de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos nem discriminações.

Internacionalmente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 19.º, dispõe a liberdade de expressão, de opinião e de informação, as quais incluem “o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”.

O código deontológico do jornalista é um suporte normativo, que entre outras finalidades, visa mostrar que os profissionais são responsáveis pela profissão que exercem e pelas consequências sociais, culturais e económicas do trabalho por eles desenvolvido.

Até à data da presente pesquisa, na história do jornalismo angolano nunca houve um código deontológico para complementar as leis existentes e assim apoiar e regular as boas práticas da profissão.

O Estatuto do Jornalista, Lei n.º 5/2017 de 23 de janeiro, dispõe de direitos e deveres que norteiam esta atividade. Contudo, alguns artigos estão desajustados a nova realidade.

A história política do país em muito contribuiu para a inexistência de um código deontológico idealizado e estruturado pelos profissionais desta área. Com o advento da paz efetiva em 1992 e com a dinâmica da profissão os jornalistas clamam por um código deontológico e atribuição de uma carteira profissional.

Pese embora esta fragilidade legislativa, a profissão é exercida apoiando-se nas leis existentes. A estratégia adotada em algumas empresas de comunicação é a criação de códigos de conduta interno que regulam as relações profissionais e pessoais, os limites de atuação e a harmonia profissional.

Neveu (2001) citado por Coelho (2015) refere que o escudo do jornalista é a consciência, estando esta legalmente consagrada. Este e outros princípios legais, bem como algumas normas dos diplomas que regulam a comunicação social confere ao campo jornalístico uma certa autonomia que protege a sua liberdade.

### 2.3.4. Direitos e Deveres do jornalista angolano

O jornalista angolano dispõe de Direitos e Deveres fundamentais consagrados no Estatuto do Jornalista<sup>9</sup>, conforme a Lei de Imprensa, Lei n.º 5/2017 de 23 de janeiro, nos artigos 7.º e 8.º.

Assim, para que se exerça a função é necessário o cumprimento escrupuloso dos seguintes direitos:

- a) A liberdade de criação, expressão e divulgação;
- b) A liberdade de acesso às fontes de informação;
- c) Acesso aos locais públicos, quando no exercício da sua atividade;
- d) A garantia de sigilo profissional;
- e) A garantia da independência e da cláusula de consciência;
- f) A liberdade de associação nas organizações socioprofissionais e sindicatos;
- g) Eleger e ser eleito como membro do Conselho de Redação.

Os direitos acima descritos algumas vezes não refletem a realidade. Os jornalistas em Angola deparam-se com alguns impedimentos fundamentalmente no acesso às fontes de informação. Por esta razão o Governo de Angola orientou as instituições públicas para a criação de um Gabinete de Comunicação Institucional que para além de promover a imagem da empresa tem também como missão interagir com os órgãos de comunicação social, facilitar o acesso às fontes de informação e garantir a fluidez na comunicação. Esta decisão melhorou o acesso às fontes, mas ainda não da forma desejável.

Assim, para que se exerça a função é necessário o cumprimento escrupuloso dos seguintes deveres:

- a) Exercer a atividade com respeito pela ética profissional, informando com rigor, objetividade, isenção e o respeito pelo princípio do contraditório;
- b) Respeitar a orientação e os objetivos definidos no estatuto editorial do órgão de comunicação social para o qual trabalha;
- c) Abster-se de formular acusações sem provas e respeitar a presunção de inocência;
- d) Não identificar, direta ou indiretamente, as vítimas de crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, bem como os menores que tenham sido objeto de medidas tutelares sancionatórias;
- e) Não tratar discriminatoriamente as pessoas, designadamente em razão da cor, raça, religião, nacionalidade, género, orientação sexual ou qualquer outra;
- f) Abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas.

---

<sup>9</sup> Acedido em <http://www.mcs.gov.ao/verlegislacao.aspx?id=1192> , consultado aos 10.11.18

# Capítulo 3. A Entrevista como Género Jornalístico

## 3.1. - Géneros Jornalísticos

Os géneros jornalísticos correspondem a determinados modelos de interpretação e apropriação da realidade através da linguagem, quer seja verbal e escrita usadas no jornalismo (Sousa, 2005).

Gradim (2000) classifica os géneros jornalísticos em Notícia, Editorial, Reportagem, Fotojornalismo, Legenda, Fait-divers, Opinião, Crónica, Entrevista e Fotolegenda.

Segundo a autora, a Notícia consubstancia-se em textos eminentemente informativos, relativamente claros, diretos, concisos elaborados de acordo a regras determinadas como título, lead, subtítulos, construção por blocos e em forma de pirâmide invertida.

Quanto ao Editorial considera ser o texto que destaca os acontecimentos mais marcantes da atualidade de uma determinada edição do periódico, sob responsabilidade da Direção do jornal. O Editorial exprime a opinião e a cultura da empresa no seu todo, o que o diferencia de outros textos jornalísticos em que o autor é o principal responsável.

Refere a Reportagem como um género que trata de reproduzir um assunto em profundidade, com cautelosa investigação, cuidados diferenciados na apresentação por isso exige maior investimento em termos de tempo e recursos comparativamente a notícia. Na reportagem o jornalista recolhe a informação in loco. Este género jornalístico, que é considerado o mais nobre, não permite que a recolha de informação seja feita por telefone nem que o jornalista emita a sua opinião. Apenas descreve os factos.

Segundo Gradim, quando se trata de uma reportagem para um jornal é necessário que esta esteja acompanhada por fotografias que ilustrem a reportagem. No caso do audiovisual são necessárias imagens em movimento, e na rádio “paisagens sonoras” que caracterizem o ambiente da reportagem, elementos esses recolhidos com cuidados e propósitos estéticos. Refere ainda, que estudos realizados provam que depois dos títulos e antetítulos, as fotos e respetivas legendas são o segundo fator que desperta atenção dos leitores. Daí que, a reportagem fotográfica ser uma arte especializada que exige conhecimentos técnicos.

No que diz respeito ao género opinião a autora considera ser um texto em que o autor exprime o seu ponto de vista sobre um determinado assunto que lhe desperte atenção. Os estilos e as temáticas dos textos opinativos são diferenciados e podem variar desde os textos de humor à análise rigorosa de acontecimentos relativos a factos aparentemente díspares, organizados para deles se retirarem deduções e conclusões. A opinião tem como objetivo afirmar posições pessoais, com argumentos que levam outros a aderirem tais teses ou conclusões.

A Crónica é um género que é habitualmente confundido com a Opinião. As razões são várias, sendo que a mais importante é que cronistas e opinion makers praticam por vezes indistintamente as duas modalidades, em rubricas que recebem sempre o mesmo nome. Por outro lado, textos há que estão no limite entre um e outro género e são eles próprios diferentes de classificar. Regra geral a crónica é um texto que, fazendo apelo à imaginação e às potencialidades estéticas da linguagem, conta com uma história ou debruça-se sobre os factos quotidianos (...) as crónicas só muito raramente exprimem opiniões ou tem por fim convencer um auditório” (Gradim, 2000. pp.96,97).

A Entrevista corresponde a um género que, de acordo com autora, é o básico do jornalismo. De forma geral é todo o contacto que o jornalista efetua com as fontes durante a fase de recolha de informações. Este género é utilizado praticamente em todos os outros. Porém, a entrevista é também um género jornalístico autónomo, conhecido como entrevista pergunta-resposta.

No Género Entrevista, por se tratar de pergunta-resposta, o jornalista faz anotações e grava a conversa para ser o mais fiel possível na reprodução da matéria. A entrevista deve ser sempre preparada com a antecedência para que as questões a colocar sejam assertivas e pertinentes, caso contrário, as falhas tornar-se-ão evidentes ao público consumidor da informação (Gradim, 2000).

Na mesma linha, Sousa (2005) considera como principais géneros jornalísticos a notícia, entrevista, reportagem, crónica, editorial e artigo de opinião, sendo que a caracterização destes géneros não difere muito da anteriormente abordada.

## 3.2. A Entrevista

O Dicionário Aurélio (2018) define<sup>10</sup>a entrevista como uma conversa com uma pessoa para a interrogar sobre os atos, ideias e projetos, a fim de publicar ou difundir o conteúdo ou de a utilizar para fins de análise.

Para Raimundo (2005) a entrevista pode ser definida como o encontro de quem procura obter informação com uma pessoa em particular, para recolha de opinião e reflexões, as quais só tem sentido quando ditas na primeira pessoa.

Segundo o autor esta forma de busca de informação tornou-se um instrumento essencial nas áreas das ciências sociais nos anos 40, e posteriormente, na comunicação empresarial, nas ciências da comunicação e no jornalismo. Apesar de ser utilizada para o mesmo fim, existem particularidades nos seus métodos e nos seus objetivos.

Esta particularidade é apontada pela investigadora argentina Leonor Arfuch que afirma haver diferenças entre a entrevista em ciências sociais e no jornalismo, embora não profundas. Ambas permitem reconstruir um acontecimento, encontrar uma ordem e uma verdade. A maior distinção está na intuição do entrevistado ao saber da divulgação da sua informação a um público abrangente e desconhecido, o que o faz ser mais calculista nas respostas, a pensar na reciprocidade, enquanto nas ciências sociais o

---

<sup>10</sup> Acedido em <https://dicionariodoaurelio.com/entrevista>. aos 20/12/2018

entrevistado está consciente que a informação prestada será para um público limitado de investigadores que a usará para testar hipótese e procurar soluções (Raimundo 2015).

Quer em ciências sociais ou em jornalismo um dos princípios fundamentais da entrevista é a interação com uma ou mais pessoas, é a troca de ideias ou somente a busca de informações.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos entre grupos. Pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano. Para além da troca de experiências, informações, e juízos de valor, há uma ambição ousada que filósofos como Martin Buber já dimensionaram: “o diálogo que atinge a interação humana criadora, ou seja, ambos os participantes do jogo da entrevista interagem, se modificam, se revelam, crescem no conhecimento do mundo e deles próprios. Esta situação, que pode ser rotulada de ideal, se realiza no quotidiano, até mesmo em uma entrevista jornalística levada às últimas consequências” (Medina 2011, p. 10).

Neste trabalho interessa-nos abordar a entrevista enquanto género jornalístico. Apesar de a definição geral de entrevista a que recorremos no dicionário Aurélio, trazemos alguns conceitos de autores que definem a entrevista em jornalismo.

Segundo (Sousa 2005), a Entrevista como género jornalístico corresponde à transposição de perguntas e respostas enquanto técnica de obtenção de informações para um determinado modelo de expressão. Este modelo consiste na exposição das respostas dadas por um entrevistado às perguntas de um entrevistador.

Sousa realça que só se considera a entrevista como género autónomo quando apresentada de forma isolada ou como parte importante de uma peça jornalística. Esta diferenciação é justificada pela constante presença da entrevista em outros géneros. Por outro lado, distingue a entrevista enquanto género jornalístico da entrevista enquanto técnica de obtenção de informações por meio da pergunta.

A Entrevista é a base do noticiário jornalístico em qualquer meio de comunicação social. É precisamente de perguntas e repostas que nasce a entrevista. Ela deve refletir uma interação com dois ou mais indivíduos exercendo recíprocas experiências. Para realizá-la é preciso dialogar, ver, sentir, questionar, provocar, registar, ouvir (Bahia, 1990).

Para Caputo (2006), a aproximação é a palavra-chave para definir a Entrevista, pois, quando um jornalista realiza bem esta aproximação, torna-se uma experiência e não apenas uma conversa de perguntas e respostas. Afirmo que é precisamente de perguntas e respostas que nasce a entrevista.

Este género só deve ser utilizado se necessário, sendo justificável quando o tema abordado e o perfil do entrevistado interessam aos leitores. Também a entrevista pergunta-resposta deverá conter um lead para apresentar o entrevistado e/ou explicar as razões e oportunidade da mesma (Gradim, 2000).

### 3.2.1. Tipos de Entrevistas

Para Mário Erbolato citado por Sousa (2005) as entrevistas quanto à sua origem pode classificar-se em entrevistas de rotina, ou seja, feitas no dia-a-dia e entrevistas caracterizadas, que são as de grande importância e de destaque no jornal.

Estas podem ser feitas na forma de pergunta-resposta, um estilo de entrevista mais comum atualmente, e entrevista de discurso indireto, em que as respostas do entrevistado são introduzidas no texto com outras informações que ajudam o jornalista na interpretação das características do entrevistado. (Sousa, 2005)

Quanto ao tamanho, as entrevistas podem ser curtas, que são entrevistas de pequena dimensão e de grande dimensão conhecida como grande entrevista.

Para Erbolato citado por Sousa (2005) existem cinco tipos de entrevistas:

1. Entrevistas de Personalidade que são feitas geralmente em figuras públicas em que se procura abordar o modo de ser, o pensamento e a vida de uma pessoa;
2. Entrevistas de Atualidade para recolher informações de fontes autorizadas, temas de interesse público do momento;
3. Entrevista Mista onde se misturam os aspetos da entrevista de personalidade e das entrevistas de declarações;
4. Entrevista Inquérito em que é feita uma pergunta a vários interlocutores;
5. Entrevista Mesa Redonda, um debate com vários interlocutores moderados por um jornalista.

Raimundo (2005) destaca 17 tipos de Entrevista que podem servir para Rádio, Televisão e Jornal em que assinalamos:

- a) Entrevista Institucional, em que se valoriza mais quem o diz que propriamente o que diz;
- b) Entrevista de Informação, um modelo que permite aprofundar factos, ampliar informações e fornecer novos elementos de reflexão. Considera este o modelo mais ambicioso e que dá dignidade ao género entrevista;
- c) Entrevista Documental, a que oferece uma visão profunda e global de um único tema, podendo ter um único entrevistado ou um grupo de pessoas;
- d) Entrevista Retrato em que o interesse é centrado numa personalidade e não num assunto.

Ganz (1995) acrescenta a estas, as seguintes:

- a) Entrevista-Testemunho em que o objetivo é obter informações de base a partir do lead;
- b) Entrevista de Declarações geralmente utilizadas após as sessões do tribunal ou presidencial quando os interlocutores não pretendem falar, nestas circunstâncias o jornalista faz um rescaldo dos assuntos;
- c) Entrevista-explicação, em que o especialista é o responsável pelo assunto por isso exige do jornalista uma boa preparação.

Segundo Bahia (1990), de modo geral a entrevista jornalística está dividida em:

- a) Opinião ou Ideias quando veicula pontos de vista, posições políticas ou filosóficas, impressões pessoais;
- b) Ilustração quando recorre as considerações onde prevaleçam a descrição ou a biografia;
- c) Grupal quando reflete a opinião de vários entrevistados ao mesmo tempo;
- d) Depoimentos, que refletem experiências pessoais;
- e) Entrevista Coletiva quando uma organização preestabelecida convoca vários veículos, sendo frequente em entrevistas presidenciais;
- f) Entrevista Exclusiva que resulta de uma ação isolada de um veículo, geralmente é prenúncio de um “furo” jornalístico.

Edgar Morin citado por Medina (2011) distingue a entrevista em:

- a) Entrevista-rito, trata-se de obter uma palavra, que de resto não tem outra importância senão a de ser pronunciada *hic et nunc*<sup>11</sup>. Um exemplo típico é as palavras dos campeões no final dos jogos para completarem a cerimónia;
- b) Entrevista anedótica: são entrevistas onde o entrevistador recorre à anedota, e faz perguntas presumidas para obter respostas intrigantes;
- c) Entrevista diálogo, são as que se tornam num diálogo, e onde geralmente o interlocutor se sente à vontade em passar informações sobre a sua vida pessoal;
- d) As neo-confissões, este é um tipo de entrevista em que se alcança a profundidade da psicologia social. Contudo, pode facilmente ser objeto de manipulação sensacionalista.

### 3.2.2. Regras e Técnicas de Entrevista

As regras servem como modelo para nortear qualquer trabalho. E no jornalismo também existem algumas regras, especificamente quando se trata de entrevistas.

De entre as regras existentes para a elaboração de entrevista descrevemos de forma sucinta as seguintes citadas por (Sousa 2005):

- a) O jornalista deve identificar-se, dizer qual o órgão de comunicação que representa e esclarecer os motivos da entrevista;
- b) O jornalista deve estar sempre informado a cerca dos temas e das figuras públicas, especialmente dentro da sua área de especialização;
- c) Durante a entrevista não se deve corrigir os erros gramaticais do entrevistado;
- d) Deve fazer-se apenas uma pergunta de cada vez, de forma concreta e incisiva;
- e) As perguntas devem ser adequadas ao nível do entrevistado, embora o jornalista não deva evidenciar falsa sapiência;
- f) O jornalista não deve colocar questões que humilhem e ridicularizem o entrevistado, mas poderá colocar questões que o irrite caso se justifique;
- g) Podem ser colocadas perguntas interrogatórias para serem comentadas pelo interlocutor;
- h) É importante evitar interromper o entrevistado, salvo se estiver a desviar o foco do tema;

---

<sup>11</sup> *hic et nunc* é locução latina que significa "aqui e agora". Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://dicionario.priberam.org/hic%20et%20nunc> , consultado em 12-04-2019].

- i) A atenção durante toda entrevista é fundamental para não deixar passar nenhuma contradição que possa existir por parte do interlocutor;
- j) O jornalista deve respeitar a opinião do entrevistado mesmo que discorde;
- k) Deve-se evitar entrevistas longas para não se tornar num exercício de resistência, a menos seja uma grande entrevista;
- l) O jornalista deve tomar notas que o ajudem a elaborar o texto final da peça;
- m) O leitor deve ser informado sobre as circunstâncias em que decorreu a entrevista, especialmente se a entrevista não tiver sido presencial.
- n) As várias formas de entrevista referenciadas exigem do profissional e do interlocutor uma proximidade para que realmente se consiga alcançar com êxito os resultados pretendidos.

Conquistar o entrevistado e ganhar simpatia é importante. E isto não se faz com meias-verdades, com mentiras, com falsa identidade, com câmaras ocultas ou com qualquer outro expediente escuso. Pelo contrário, para estabelecer uma boa interação com a fonte, o jornalista deve ser honesto, transparente, amigo, companheiro (Campos, 2002).

Mozzini (2003) refere que a entrevista não pode ser entendida apenas como uma técnica para obter respostas pré-pautadas por meio de um questionário pré-formulado, pois, não é desta maneira que se coloca em prática o comunicar, compreendido enquanto interpelação e diálogo.

Cada repórter desenvolve um método pessoal de documentar a entrevista. Alguns preferem confiar na memória, o que é perigoso quando a declaração envolve números ou nomes de difícil entendimento. Outros preferem anotar, porém, em alguns casos é difícil sustentar um diálogo e anotar ao mesmo tempo (...) o mais garantido é gravar. Mas até isto pode dar problemas, porque o gravador pode falhar e surpreender o repórter na fatídica hora do fechamento do jornal. O recomendável é, além de gravar, reconstituir a entrevista com base em palavras-chave que o repórter anota, indicando os temas principais na sequência em que ocorreram (Campos 2002).

Gradim (2000) acrescenta ainda, entre outras as seguintes regras:

- a) O jornalista deve evitar invadir o espaço do seu interlocutor, deixando-o desconfortável e pouco à vontade;
- b) As entrevistas devem ser presenciais, pois, exigem um contacto direto com a fonte. As outras formas como por telefone ou por escrito devem constituir exceção;
- c) Sempre que possível as entrevistas deverão ser preparadas com antecedência, devendo o jornalista documentar-se o mais possível sobre o tema;
- d) O jornalista deve utilizar um bloco de notas. Em caso de utilizar um aparelho de gravação deve no final da entrevista realizar um teste de som;
- e) É necessário que se preste a máxima atenção ao entrevistado, não só por cortesia e boa educação, mas também por motivos práticos. Muitas vezes as repostas do entrevistado suscitam outras perguntas;
- f) Expressões que ponham em causa a inteligência do entrevistado devem ser evitadas, tais como: percebe? Está acompanhar?
- g) Nunca se discute com o entrevistado, sendo esta uma das razões para o distanciamento.
- h) Ao colocar questões provocantes é necessário que se faça de forma impessoal, ouvindo com imparcialidade;
- i) Não se trata o entrevistado por “tu”, exceto, em alguns casos as crianças;
- j) As pessoas com cargos políticos quando entrevistadas nesta qualidade devem ser tratadas pelos nomes dos respetivos cargos;

- k) As questões a colocar devem ser agrupadas por temas. Não se salta de um assunto para outro, poderá confundir o entrevistado;
- l) Nunca colocar questões que o entrevistado se sinta humilhado ou ofendido nem que violem a sua vida íntima;
- m) O jornalista deve respeitar as convicções religiosas e mundividências do entrevistado.

Segundo Ganz (1995) numa entrevista de rádio o repórter deve estar atento aos ruídos para que não se sobreponham ao discurso. A não ser que estes sirvam para ilustrar a entrevista, mas sempre muito bem doseados para que não criem ruídos desnecessários.

A entrevista é uma interação que deve ser feita com conquista para que se consiga colocar o interlocutor o mais próximo possível, e para que este se sinta à vontade com quem pretende dialogar.

Enquanto género autónomo o Público (1998) distingue em três aspetos fundamentais;

1. Sob o ponto de vista do Entrevistado: Deve-se respeitar os limites da aceitação prévia definida pelo entrevistado, sendo recomendável agendar um encontro prévio para dialogar sobre as intenções da entrevista. Tais limites devem carecer de um entendimento para evitar situações constrangedoras no decorrer da entrevista;
2. Sob o ponto de vista do Entrevistador: O jornalista deve levantar questões e procurar ser respondido. Deve ter em conta que é o jornalista e no limite, a opinião pública quem faz as perguntas por trás de uma entrevista. A versão escrita da entrevista deve ser sempre trabalhada pelo próprio jornalista que a fez;
3. Sob o ponto de vista narrativo, nas entrevistas utiliza-se o discurso direto, pergunta-resposta, ou o discurso indireto, onde as perguntas aparecem de forma implícita nas respostas ou no texto conforme opções editoriais determinadas;

### 3.2.3. Entrevista Radiofónica

A rádio é um veículo de comunicação com grande abrangência e desempenha um papel fundamental na vida do indivíduo.

Transformar a entrevista numa conversa com o ouvinte elevando o nível do que poderia ser um simples diálogo com o jornalista, é o grande desafio dos jornalistas de rádio. Para que a entrevista soe com esta naturalidade é necessário sobrepor informações e afirmações às declarações do entrevistado. Desta forma ele sentirá a necessidade de explicar e defender com mais rigor os seus pontos de vista (Raimundo,2005).

A rádio enquanto meio de comunicação tem uma relação privilegiada com o interlocutor e com o público, não apenas pela facilidade na linguagem, como também na interação com a sociedade. Assim, para que a comunicação se torne mais fluída e interpretativa é necessário que os interlocutores consigam transmitir as suas ideias e pensamentos de forma clara.

Para Bahia (2005) a entrevista em rádio não difere tanto da entrevista em outros meios de comunicação. Contudo, neste meio o repórter deve considerar certas particularidades como:

- a) Não fazer perguntas longas, associando a objetividade e a concisão;
- b) Ser o mais breve possível para aproveitar melhor o tempo disponibilizado;
- c) Transmitir ao entrevistado e ao público segurança nas questões apresentadas;
- d) Ser espontâneo, firme e autêntico.

Associadas a estas técnicas, Niceto (1994) e Barbeiro & Lima (2001), citados por Raimundo (2005, pp. 111-113) descrevem oito pontos que permitem fixar regras para o sucesso de uma entrevista de rádio:

1. O jornalista deve conter a sua vaidade e saber que o entrevistado é que deve merecer destaque;
2. Ter conhecimentos suficientes do tema da entrevista;
3. Evitar pergunta que não tenha interesse público;
4. Ser amável e, ao mesmo tempo estar distante do interlocutor para evitar a atitude agressiva ou excesso de elogios.
5. Saber ouvir para saber entrevistar;
6. A escolha do ambiente para entrevista é fundamental, pois, traz originalidade à conversa, e o entrevistado fica tranquilo para prestar informações;
7. Ajudar com delicadeza e agilidade o entrevistado a encontrar a forma adequada de exprimir as suas ideias pode transmite-lhe segurança e confiança;
8. Conhecer a biografia e repetir o nome do entrevistado, fará este sentir-se respeitado, confortável e descontraído.

Segundo Barbeiro & Lima (2001) a entrevista em rádio tem um poder de transmitir emoção tanto do entrevistado como do entrevistador. Boas entrevistas revelam conhecimento, esclarecem fatos e marcam opiniões.

Os autores acrescentam alguns aspetos a ter em conta para o sucesso de uma entrevista de rádio:

- a) A entrevista deve ter princípio e fim;
- b) A pergunta deve ser clara para que o ouvinte entenda o assunto. Alguns entrevistadores argumentam demais, ao ponto de responderem às próprias perguntas, e outros fazem perguntas demasiado curtas, ao ponto do ouvinte não perceber a questão;
- c) Em rádio é necessário que o jornalista informe regularmente o nome e a função do entrevistado;
- d) As perguntas não devem ser óbvias, como, por exemplo: “como se sente depois da morte de um filho?”;
- e) É necessária uma cautela redobrada nas entrevistas em direto. As falhas não podem ser editadas;
- f) Não se deixar distrair com outras pessoas que estejam no estúdio ou no local da entrevista;
- g) O entrevistado não deve ser enganado sobre o tema da entrevista;
- h) O jornalista deve saber que o entrevistado tem o direito de não responder a determinadas perguntas;
- i) Não se podem aceitar perguntas previamente apresentadas pelo entrevistado;
- j) O jornalista tem o dever ético de falar a verdade por isso deve recusar mostrar a entrevista antes de esta ir para o ar, uma vez que é expressão da verdade;
- k) Olhar nos olhos do entrevistado é uma forma de fazer a leitura do semblante das pessoas.

Os jornalistas devem proporcionar esta interação para um diálogo pleno e eficaz.

O êxito de uma entrevista radiofónica depende sempre mais da planificação que antecede a gravação, do que da entrevista propriamente dita. O simples fato das perguntas não serem escritas, mas apenas elencadas por tópicos encurta a perigosamente a distância entre o êxito e o fracasso. A prevenção dos riscos não passa por escrever as perguntas, mas por estudar bem as temáticas. Se as perguntas forem escritas, a sua leitura será imediatamente percebida pelo ouvinte, fazendo com que tudo soe falso. O elemento essencial da planificação é o tempo de duração da conversa, que tem de ser previamente acordado, para equilibrar os assuntos e a extensão das perguntas e das respostas. Raimundo (2005. pp. 110,113)

Em todos os géneros jornalísticos a entrevista é o que mais se destaca em rádio.

A entrevista em rádio assume um elevado grau de autenticidade associando o ambiente sonoro que substitui a imagem e o texto (Raimundo, 2005).

Menezes (2003) tipifica quatro regras para as entrevistas radiofónicas:

1. Em função do tamanho ou da ambição: Uma entrevista de três ou quatro minutos permite no máximo três a quatro perguntas, portanto, exige uma boa preparação. Já uma entrevista de 20 a 30 minutos implica uma seleção abrangente de perguntas, uma gestão racional de tempo;
2. Em função de ser gravada ou em direto: sendo gravada o jornalista tem a possibilidade de editar do que lhe parecer mais importante. Contudo, a entrevista em direto é, por regra, mais emocionante para o ouvinte, embora a gravação permita desenvolver mais os temas e obter mais informações;
3. Em função de ser presencial ou por telefone: numa entrevista telefónica o jornalista limita-se às repostas. A entrevista presencial é mais exigente para o jornalista e conseqüentemente pode tornar-se mais recompensadora;
4. Em função do formato: o mais importante é que se mantenha a coerência do discurso a ser apresentado em diferentes formatos.

A entrevista é considerada como a essência do jornalismo e pode defender-se que é um género mais importante na rádio do que em outros meios de comunicação. (Menezes, 2003)



# Capítulo 4. Enquadramento Metodológico

## 4.1. Objetivos

A presente investigação pretende identificar a situação atual de utilização das entrevistas radiofónicas na Rádio Nacional de Angola-Luanda, com vista à produção de um diagnóstico do estado atual do emprego deste género jornalístico e, após essa análise, produzir possíveis indicações de aperfeiçoamento.

As nossas observações preliminares e exploratórias sugerem que no momento em que os jornalistas se preparam para assumir o controlo das suas atividades e aplicar uma rotina sobre como ganhar confiança e extrair informações dos entrevistados, muitos deles deparam-se com limitações na aplicação deste género. Esta situação deve-se a inúmeros fatores, mas há um que se destaca: a falta de adequadas habilidades técnicas.

Assim, a educação é vital para dotar os jornalistas com conhecimentos, capacidades, competências e aptidões para tirar o maior partido do seu potencial e das oportunidades que se lhes apresentam com relação ao uso da entrevista enquanto ferramenta jornalística.

Partindo deste pressuposto traçamos a pesquisa proposta que compreende duas Hipóteses que serão testadas ao longo da nossa investigação:

- a) Uma parte das entrevistas conduzidas na RNA não se adequam aos critérios técnicos recomendados pelos estudos relacionados com essa área de produção radiofónica.
- b) Uma parte dos jornalistas não possuiu qualificações académicas e profissionais que garantam conhecimento atualizado e correta aplicação das técnicas da entrevista.

Para o alcance das hipóteses definimos os seguintes objetivos:

- a) Analisar um conjunto de entrevistas produzidas pelos jornalistas da Rádio Nacional de Angola, em diversos tipos de programas, para identificar as técnicas utilizadas e possíveis problemas técnicos;
- b) Elaborar um diagnóstico crítico das técnicas em utilização;
- c) Propor melhorias nas técnicas para a elaboração de entrevista radiofónica.

A ciência constitui um importante papel para o desenvolvimento do conhecimento e para a melhoria da prática profissional, pois “tem como objetivo chegar à veracidade dos fatos” (Gil, 2007).

Para alcançar a veracidade dos factos é necessário que se criem caminhos a traçar, sendo um dos principais a escolha de um método científico, definido como “o conjunto de

procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” pretendido (Gil, 2007).

Considerando o propósito desta investigação, optamos por recorrer a duas metodologias, concretamente a Entrevista Semiestruturada e a Observação Não Participante numa abordagem qualitativa.

## 4.2 A Entrevista

A entrevista constitui um método de recolha de dados para a obtenção de informações relativas à questão e ao objetivo da investigação (Reis, 2018). Esta técnica permite que o investigador “esteja frente ao investigado e formule-lhe perguntas com o objetivo de obter dados que interessam à investigação” (Gil, 2007).

Assim, para os objetivos da nossa pesquisa, optamos por utilizar a entrevista junto dos jornalistas da RNA que utilizam este género jornalístico enquanto autónomo e como auxiliar de outros géneros já descritos.

Gil (2007) considera haver algumas vantagens na aplicação desta técnica, como a obtenção de muita informação num curto espaço de tempo e a possibilidade de analisar o comportamento oral e verbal.

O autor também descreve algumas desvantagens tal como a pouca experiência do entrevistado e os custos financeiros para garantir a qualidade e o desempenho da mesma. Ainda assim, o autor garante que essas desvantagens ou limitações são contornáveis do ponto de vista organizacional já que o sucesso desta técnica depende em grande medida do nível de relação pessoal estabelecido entre entrevistador e entrevistado.

Do ponto de vista organizacional, para a recolha de informações para a presente da pesquisa elaboramos um roteiro de perguntas Semiestruturadas que “implica a elaboração de um guião com tópicos a abordar onde as perguntas podem ser feitas de forma aberta e fechada, e a que o entrevistado pode responder de forma livre, sem, contudo, fugir do tema” (Sousa & Baptista, 2016).

A entrevista semiestruturada é fundamentalmente utilizada quando se pretende compreender o significado de um acontecimento ou fenómeno vivenciado pelos participantes, nesta perspetiva o pesquisador elabora um guião para construir as questões. (Fortin,2009).

O guião de entrevista é um instrumento de recolha de informações na forma de um texto que serve de base para a realização de uma entrevista que, segundo (Sousa & Baptista, 2016) deve, de entre outros, possuir as seguintes características;

- a) As perguntas devem estar elaboradas por itens;
- b) Deve considerar-se as expectativas dos entrevistadores;
- c) Evitar construir perguntas de modo a influenciar as respostas;
- d) Evitar o número de perguntas a realizar e proceder à sua ordenação dentro de cada dimensão do guião.

Para a concretização da nossa pesquisa elaborou-se um guião orientador (ANEXO 2) tendo em conta as características acima referenciadas que nos permitiram recolher informações com precisão.

Segundo Fortin (2009) a elaboração do guião facilita a condução de uma entrevista, expõe de forma coerente as questões que abordam os diferentes aspetos pretendidos, o que não impede que uma questão possa ser mais significativa do que outra, desde que o pesquisador não perca de vista os objetivos do estudo.

Nas entrevistas semiestruturadas o raciocínio pode igualmente ser interrompido com uma outra questão, de modo a distinguir a informação pretendida. (Reis, 2018). Por esta razão durante a nossa entrevista algumas vezes tinha que fazer perguntas que não estavam no guião sem, contudo, fugir dos objetivos pretendidos.

Para além das entrevistas feitas aos jornalistas da RNA consideramos importante também estudar um conjunto de entrevistas sonoras emitidas nesta estação radiofónica. No período da nossa pesquisa a área de arquivos sonoros da RNA encontrava-se em fase de organização e estruturação. Os arquivos não estavam expostos de forma organizada, nem por data, nem por género jornalístico.

O processo de organização do arquivo estava na fase inicial e tinha um período longo para a sua organização. Dado o tempo para a recolha das entrevistas sonoras optamos por selecionar um total de (17) entrevistas das áreas de especialidade disponíveis no arquivo, emitidas no primeiro semestre de 2017 e no segundo semestre de 2018. Entendeu-se que desta forma se fazia a cobertura de um ano civil, conseguindo uma amostra equilibrada e com grande diversidade de assuntos por especialidades, conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Entrevistas sonoras por Especialidade

Área de Especialidade	Número de Entrevistas
Cultura	3
Economia	3
Política	3
Educação	3
Saúde	3
Ambiente	2
Total	17

A decisão de proceder a análise de entrevistas deve-se ao facto de que muitas vezes o jornalista que entrevista não ser o que concebe o tema nem o que prepara a entrevista. Na RNA é considerado realizador e editor de programa todo o jornalista sénior que tem experiência em entrevista, reportagem, redação e, em poucos casos, em locução. São os realizadores e editores que concebem e estruturam todo o conteúdo jornalístico, desde a criação das rubricas, temas, seleção dos convidados e elaboração dos guiões de entrevista com a colaboração dos redatores e repórteres.

Aos locutores cabem a tarefa de apresentar os conteúdos jornalísticos preparados por estes profissionais, desde o guião do programa à entrevista. Os programas também são preenchidos com entrevistas gravadas feitas pelos repórteres e redatores que os concebem. Por esta razão, achou-se conveniente para além de entrevistar os jornalistas, auscultar as entrevistas gravadas e emitidas para um diagnóstico mais aprofundado relativamente às técnicas implementadas.

### **4.3. Observação não participante**

Considerando a importância do contacto frente a frente com o entrevistado, tivemos a oportunidade de os entrevistar na redação da própria estação emissora, razão pela qual, procuramos observar como é concebida e estruturada uma entrevista na RNA. Sendo assim, optamos por utilizar a técnica de Observação não participante.

A observação baseia-se na presença do investigador no local de recolha (Sousa & Baptista, 2016). É também entendida por Gil (2007) como o uso dos sentidos com vista a adquirir conhecimentos necessários para o quotidiano podendo ser utilizada como procedimento científico à medida que serve a um objeto formulado de pesquisa. Ainda, segundo Gil, a observação tem vantagem sobre outros métodos porque os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação, deste modo, a subjetividade que permeia todo o processo de investigação tende a ser reduzida. Porém, pode ter como inconvenientes alterações no comportamento dos observados em função da presença do observante.

Partindo desta ideia, optamos pela Observação não Participante. Este procedimento ocorre quando o investigador assume o papel de observador exterior, ou seja, presencia o facto, ou as rotinas e vivências que pretende observar, mas não participa do mesmo nem interage com os outros participantes (Gil, 2007). Assim, o investigador não participa no decorrer das ações relacionadas com o mesmo, é um ator externo, limitando-se a registar com objetividade os acontecimentos e processos que lhe é dado assistir (Sousa & Baptista, 2016).

Para o nosso estudo, a observação foi feita na redação de Programas da RNA no período de 27 de dezembro a 21 de janeiro, entre às 8 horas da manhã e as 16 horas da tarde,

onde acompanhamos como é organizado o processo de entrevista que descreveremos na secção dos resultados.

Refira-se ainda que a autora do estudo é funcionária da RNA desde 2002 e frequenta a redação habitualmente na qualidade de jornalista, encontrando-se afastada do serviço desde 2017, com vista à realização do mestrado em Ciências da Comunicação em Portugal. No entanto, durante o período mencionado, e por não se encontrar ao serviço, a autora realizou a observação não participante de acordo com as regras e procedimentos comumente adotados nesta técnica.

#### **4.4. Abordagem Qualitativa**

Considerando que as entrevistas feitas e as recolhidas serão interpretadas por forma a refletir sobre o trabalho e compreendermos o processo de preparação até ao seu resultado final, empregaremos uma abordagem qualitativa que nos permitirá “investigar a compreensão dos fenómenos vivenciados por um individuo ou por um grupo de indivíduos” (Fortin, 2009).

O termo qualitativo implica uma partilha com pessoas, factos e locais que constituem a pesquisa “para extrair significados visíveis e perceptíveis em que o autor interpreta e traduz um texto com perspicácia e competência científica aos significados presentes e ocultos do objeto da pesquisa” (Chizzotti, 2003).

Descrevemos algumas características da investigação qualitativa apontadas por Sousa & Baptista (2016):

- a) Apresenta um maior interesse no próprio processo de investigação;
- b) A qualidade e a validade dos dados dependem muito da sensibilidade, da integridade e do conhecimento do pesquisador;
- c) O investigador tenta compreender os sujeitos da investigação a partir dos significados que são atribuídos aos acontecimentos, às palavras e aos objetos;
- d) Utilizam-se procedimentos interpretativos, não experimentais;
- e) A investigação qualitativa é indutiva, pois o investigador desenvolve conceitos e chega à compreensão dos fenómenos a partir dos padrões resultantes da recolha dos dados;
- f) A investigação qualitativa é uma investigação que produz dados descritos a partir de documentos, entrevistas e da observação por isso a descrição deve ser profunda e rigorosa.

As características e finalidades do método qualitativo justificam a escolha da presente investigação para realizar um diagnóstico e perceber o estado atual do emprego do género jornalístico Entrevista na Rádio Nacional de Angola.

## 4.5. Participantes

Na pesquisa social são utilizados vários tipos de amostragens, que podem ser classificadas em dois grandes grupos: amostragem probabilística e não probabilística (Gil, 2007).

Segundo Carlos Gil, amostragem probabilística requer grandes números da amostra e está virada para questões matemáticas ou estatísticas. Já as amostras não probabilísticas são aleatórias, simples e estratificadas.

A nossa pesquisa teve como população os jornalistas radiofónicos da RNA. Pelos objetivos traçados para o trabalho, definimos como público-alvo da amostra apenas os profissionais que utilizam o género entrevista ao nível radiofónico, o que justifica a nossa amostra, não probabilística e estratificada.

A determinação do número da amostra não é feita pelas avaliações estatísticas, mas sim através de ações que permitem alcançar o objetivo do estudo e dar respostas a características precisas e específicas (Fortin, 2009).

A investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas e permite analisar comportamentos, atitudes ou os valores. Não existe uma preocupação com a dimensão da amostra nem com a generalização de resultados, e não coloca o problema da validade e da viabilidade dos instrumentos como acontece com a investigação quantitativa (Sousa & Baptista, 2016).

Partindo destes pressupostos, para a nossa amostragem entrevistamos treze profissionais do “Canal A” da RNA que diariamente utilizam o género entrevista como auxiliar de outros e enquanto género jornalístico autónomo.

O “Canal A”, o principal canal da Rádio Nacional de Angola possui duas Redações principais, concretamente a Redação de Informação e a Redação de Programas. O nosso foco de pesquisa foi a redação de programas.

A escolha da redação de programa deve-se ao facto da referida área “alimentar” 80% dos conteúdos da emissão, enquanto os restantes 20% são produzidos pela redação de Informação.

A redação de informação é responsável, maioritariamente, por matérias de cariz político e económico e pela produção dos principais jornais noticiosos. Já a redação de programas produz conteúdos que preenchem os demais espaços na grelha, incluindo a vertente política e económica, e “alimenta” de igual forma, os conteúdos informativos.

Ao nível da redação de programas existem cerca de trinta jornalistas, desde editores, realizadores, redatores e repórteres. Apesar de serem todos jornalistas, nem todos utilizam o género entrevista, alguns somente realizam os programas, outros fazem o acompanhamento de programas e outros planificam a estratégia da grelha de programação.

Assim, dos trinta jornalistas, vinte utilizam o género jornalístico entrevista. Destes, somente treze manifestaram disposição para fazer parte da pesquisa participando nas entrevistas. Dos treze entrevistados assim reunidos, sete pertencem à área social, um à área económica e cinco à área cultural.

Segundo Fortin (2009) de modo geral o número de participantes na investigação qualitativa é, geralmente, de seis a dez, mas pode ser maior quando se estuda um fenómeno complexo ou se elabora uma teoria.

Ao longo das entrevistas verificou-se a repetição de informação por parte dos jornalistas da RNA. Margarete Sandelowski citado por Fortin (2009) refere que o número de participantes é também determinado pela saturação dos dados, uma situação na qual estes já não trazem novas informações.

Antes da realização da entrevista foi efetuado um pré-teste para verificar a eficiência das questões definidas no guião e testar se as questões conseguiriam dar respostas aos objetivos do estudo.

Segundo Reis (2018) um pré-teste, também permite identificar características que podem ser modificadas, tais como:

- a) Uma linguagem mais adequada e acessível;
- b) Uma organização e sistematização mais correta das questões;
- c) Retirar as perguntas múltiplas com respostas similares;
- d) Reduzir o tempo da duração da entrevista.

De acordo com estes pressupostos foi realizada uma entrevista pré-teste com Carlos José, jornalista sénior, de 53 anos de idade, com 32 anos de carreira na RNA, encontrando-se na fase da nossa pesquisa a exercer a função de Analista de Conteúdos na Rádio Online do grupo RNA em Luanda. A entrevista foi realizada em novembro de 2018, e não foi incluída no estudo, mas foi importante para aprimorar o guião.

Após a melhoria do guião foram realizadas efetivamente as entrevistas aos treze profissionais de rádio no período entre dezembro de 2018 a janeiro de 2019.

Todas as entrevistas foram realizadas na RNA de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, com uma duração mínima de 28 minutos e máxima de 39 minutos.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas pela pesquisadora, por ordem cronológica, em formato documento Word e foram codificadas, tendo sido atribuída a letra “E” que é o inicial da palavra entrevista (sequencialmente E1; E2).

## 4.6. Procedimentos Éticos

A investigação científica requer princípios éticos que garantam a fiabilidade das fontes de informação.

Em qualquer tipo de estudo o investigador deve primar pela ética. Esta preocupação cinge-se também no estudo qualitativo, fundamentalmente no que diz respeito à confiabilidade das informações e à vida privada dos participantes, o que requer por parte do investigador um verdadeiro sentimento de responsabilidade, honestidade e respeito pelos princípios éticos (Fortin, 2009).

Marie Fortin refere ainda que uma investigação científica obedece a critérios éticos e deve atender aos seguintes princípios:

- Obter consentimento informado dos participantes;
- Respeitar os grupos vulneráveis;
- Respeitar a privacidade e confidencialidade das informações pessoais;
- Garantir o respeito pela justiça e equidade;
- Ter equilíbrio entre as vantagens e inconvenientes na descrição dos factos reportados pelos entrevistados;

Na presente investigação solicitamos à RNA a devida autorização para a realização deste trabalho, tendo sido prontamente anuída. Os entrevistados foram todos informados dos reais objetivos do trabalho, e de forma livre e espontânea prontificaram-se para conceder a entrevista.

Os participantes preencheram uma ficha com os seus dados profissionais após terem sido informados dos objetivos da investigação. (ANEXO 3). As informações constantes serão utilizadas para descrever e caracterizar os entrevistados de forma omissa quanto à identidade e codificada com a referência “E”, inicial da palavra entrevista, seguida (sequencialmente E1, E2...) de forma a salvaguardar a privacidade dos mesmos.

Depois da conclusão do estudo será criado um anexo compreendendo um disco com as entrevistas em formato áudio na sua totalidade, e com a identidade dos entrevistados codificada de igual modo com a letra E, inicial da palavra entrevista, seguida de forma sequencial (E1, E2...).

Desta forma, será garantido o anonimato e a privacidade de todos os intervenientes, com exceção da investigadora que os entrevistou.

# Capítulo 5. Apresentação e Discussão dos Resultados

## 5.1. Apresentação e Discussão dos Resultados da Observação não participante

Tal como referenciado no capítulo metodológico, a observação não participativa foi feita na redação de Programas do “Canal A” da Rádio Nacional de Angola durante um mês, no período de 27 de dezembro a 21 de janeiro de 2019. Durante esse trabalho de campo, verificamos o seguinte:

### Estrutura da Redação e Pauta Jornalística

A nossa primeira observação foi a de verificar a estrutura da Redação de Programas. Nesta área existe um Diretor, coadjuvado pelo Diretor Adjunto para conteúdos e programa e dois Editores, nomeadamente o Editor Cultural e o Social.

Distribuídos por redações, cultural e social, os jornalistas trabalham por turnos, da manhã, tarde e noite e cobrem as suas atividades de acordo com a pauta jornalística. Existem duas pautas, uma elaborada pelo secretariado de redação onde constam os conteúdos jornalísticos da semana e outra elaborada pelos editores, que é afixada mensalmente em função de algumas datas comemorativas do mês, quer seja nacional ou internacional. Nas respetivas pautas estão discriminados os temas, os entrevistados, os ângulos de abordagem, o jornalista responsável pela cobertura, o local da entrevista ou reportagem, o horário e em alguns casos o guião de perguntas. Os jornalistas estão distribuídos pelas duas áreas. Contudo, embora exista formalmente esta distribuição, observamos que não se consegue distinguir quem pertence a que área porque todos são delegados para produzir matérias sociais, culturais, políticas e económicas de modo indiferenciado.

### Seleção dos temas

Para a seleção dos conteúdos jornalísticos emitidos nos programas é realizada uma reunião denominada “Reunião do Conselho de Realização” à segunda e quinta-feira, dirigida pelo Diretor de Programas e com a participação dos editores e dos realizadores de programas.

Na RNA o realizador é o jornalista sénior responsável por conceber um programa com o apoio de repórteres e redatores, já o editor é o jornalista sénior que tem, entre outras, a missão de supervisionar o trabalho dos realizadores, elaborar estratégias de conteúdo por especialidade, conceber rubricas e programas. Na reunião de quinta-feira é feita a projeção dos temas da semana seguinte e cada realizador apresenta a proposta de planificação dos

conteúdos, os ângulos de abordagens, os entrevistados, e a forma de abordagem deste, nos espaços noticiosos.

Os temas e os respetivos entrevistados são justificados a pormenor. Após esta justificação, surgem as intervenções para discordar, concordar, apresentar propostas, e é no final desse processo que é aprovada a agenda da semana, por todos os membros do conselho.

A reunião do Conselho de Realizadores de segunda-feira é feita para apoiar os realizadores e editores que, eventualmente tenham dificuldades em dar cumprimento às agendas pré-estabelecidas, e quando necessário é elaborado um plano B para fazer face a essas dificuldades.

## Distribuição da Agenda

Aprovado o conteúdo da semana a ser emitido em todos os programas, cada realizador convoca os integrantes da sua equipa para apresentação e distribuição da agenda, seguida de orientações de execução.

Nestas reuniões, enquanto observadores não participantes, presenciamos que alguns integrantes dão ideias para a elaboração do plano inicial levado na reunião do conselho de realização, e que outros apenas aguardam pelo plano concebido pelo realizador, pois, é notável a satisfação dos mesmos quando os temas são aprovados, e é igualmente muito visível a insatisfação e os questionamentos sobre a não aprovação de um tema já concertado àquele nível. Porém, o realizador ao longo da reunião faz questão de solicitar o apoio de todos para a apresentação de propostas de conteúdos para discussão nas reuniões de pauta.

Depois de distribuídos os temas, a equipa elabora os tópicos para o guião de entrevistas em função dos ângulos definidos e começam os contactos para marcação da entrevista.

## Preparação das Entrevistas

Depois de definido o tema, os entrevistados, os ângulos de abordagem, e o guião de entrevista, observamos que alguns jornalistas começam as investigações na internet, e dialogam para troca de opiniões à volta do tema. Outros vão à rua quando o objetivo é ouvir a opinião do cidadão comum sobre um determinado tema.

A busca de informações sobre o tema e da pessoa a entrevistar é defendida por vários autores, conforme referenciado na nossa revisão bibliográfica, e existe um consenso sobre esta regra básica do jornalismo.

Algumas entrevistas são realizadas em direto em função da disponibilidade do entrevistado, num local acordado, enquanto outras são gravadas nos estúdios da RNA. São feitas também entrevistas utilizando como recurso a internet e o telefone. Este método, segundo Gradim (2000) deve constituir a exceção: a autora defende que as entrevistas devem ser presenciais, pois, um contacto direto com a fonte representa uma interação comunicacional mais rica. Menezes (2003) tal como pudemos referir nos capítulos anteriores

reforça esta opinião: “a entrevista presencial é mais exigente para o jornalista e conseqüentemente mais recompensadora”.

Do que pudemos verificar na redação de programas, não são frequentes entrevistas telefónicas nem através das diversas plataformas da internet. As entrevistas são maioritariamente feitas de forma presencial. Contudo, na análise das entrevistas feitas aos profissionais poderemos detalhar mais sobre esta questão.

Observamos, igualmente, que algumas entrevistas são programadas para serem feitas em direto para que tenham interação dos ouvintes por telefone, e outras porque o convidado só tem disponibilidade no dia e hora em que a mesma deve ser emitida.

## Entrevistas em Direto

As entrevistas em direto, isto é, nos estúdios, são feitas, maioritariamente, pelos locutores. Nestes casos o repórter responsável pela mesma elabora o guião de entrevista e apresenta-o ao realizador ou editor, que por sua vez encaminha ao locutor de emissão que realiza a entrevista. Ainda assim, há sempre a presença nos estúdios do realizador para pontualmente dar orientações ao locutor sobre o que perguntar ao longo da entrevista, além das perguntas que constam no guião.

A planificação de uma entrevista garante o seu sucesso, a falta desta pode garantir o seu insucesso, tal como refere Raimundo (2005).

Ao longo da nossa observação presenciamos que alguns locutores têm o primeiro contacto com o guião de entrevistas e com o entrevistado no momento da entrevista, isto é, na emissão, em direto. Antes do programa não é sentida a presença do locutor na redação de programas. O guião é levado ao estúdio pelo realizador ou por um dos integrantes da equipa. Porém, em alguns casos é notável a presença do locutor na redação depois de terminado o programa. Podemos, também, notar que os locutores geralmente, não estão presentes nas reuniões acima referenciadas, salvo, os que são locutores/realizadores, que têm a obrigatoriedade de comparecer.

Constatamos, igualmente, que chegam a redação documentos de várias instituições, para cobertura jornalística, com carácter de urgência. Nestas situações, o Diretor encaminha aos realizadores, estes, por sua vez fazem os contactos com o responsável da atividade. Em função da urgência, verificamos que muitas vezes o realizador não tem tempo para pesquisar a matéria sobre o assunto a cobrir. Uns solicitam apoio aos demais colegas para assim elaborar o guião de perguntas, e é feita a entrevista em direto para o lançamento da atividade.

Partindo das referências elementares já mencionadas neste trabalho, relativamente às regras da entrevista apontadas por Sousa (2005), (Raimundo 2005) Barbeiro & Lima (2001) e Gradim (2001), o facto de os locutores não estarem informados acerca dos temas pode dificultar o diálogo fluido que deve existir numa conversa. Destacamos, igualmente, a presença dos realizadores dos programas nos estúdios para orientar os locutores no momento das entrevistas. Entendemos que poderá ser benéfico para os locutores. Contudo, os autores

acima mencionados advertem que os locutores não devem distrair-se com outras pessoas que estejam no estúdio.

## Entrevistas Gravadas

Para o caso das entrevistas gravadas, observamos que geralmente existe uma preparação, pois, parte delas são agendadas com alguma antecedência, e é elaborado um guião de entrevistas com base nas orientações saídas das reuniões. Depois de gravada, os jornalistas editam a entrevista na redação e, posteriormente é entregue ao realizador ou editor para anexar ao guião do programa. Em alguns casos, estes responsáveis analisam a entrevista antes da emissão. Esta apreciação permite evitar erros ou falhas na programação.

A entrevista gravada permite que o jornalista explore e desenvolva melhor o tempo da conversa, porque não há uma pressão do tempo, o que não a leva prolongar, demasiadamente, ao ponto de cansar o entrevistado; ou o inverso, a apressar o processo. Assim se compreende que “a entrevista em direto é, por regra, mais emocionante para o ouvinte” (Menezes, 2003), devido a este carácter de imprevisibilidade.

## Programação

A nossa observação permitiu também aferir que a programação da Rádio é, maioritariamente, planificada. Para além das reuniões acima citadas são realizados encontros regulares com editores, realizadores e equipa para o balanço e a projecção em função da agenda previamente definida.

Algumas vezes as matérias programadas não são emitidas. Este facto deve-se, de acordo com o que observamos, há gestão do tempo de algumas matérias por parte do locutor e dos repórteres. A gestão do tempo é uma das regras tipificadas por Menezes (2003) quando se trata de rádio. O tempo em rádio é precioso é necessário que se respeite o tempo do entrevistado como também o tempo do ouvinte.

Contudo, os editores realizam um relatório de balanço mensal para verificar o cumprimento e incumprimento das orientações, bem como propor novas estratégias de trabalho.

A observação não participante foi completada pelas entrevistas aos jornalistas para melhor apurar o nosso diagnóstico.

## **5.2. Caracterização socioprofissional dos jornalistas entrevistados**

No presente estudo participaram treze jornalistas da Rádio Nacional de Angola, oito do sexo feminino e cinco do sexo masculino.

O tempo de profissão dos participantes varia entre 1,6 anos e trinta anos, conforme o gráfico abaixo.

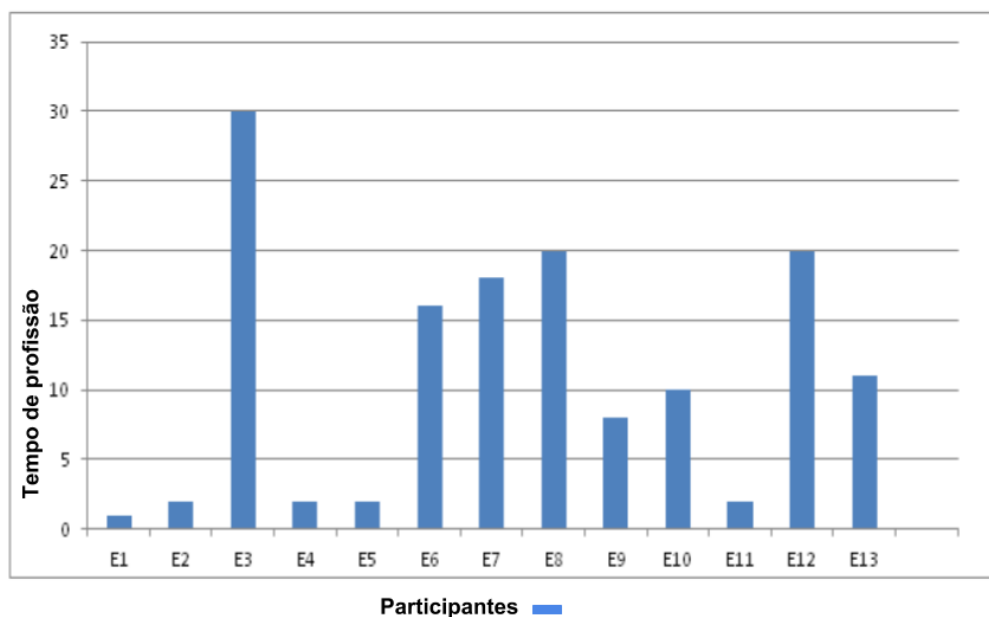


Figura 2: Tempo de Profissão dos jornalistas entrevistados

Quanto às habilitações académicas, oito possuem o grau académico de licenciado nas áreas de Dança, Língua Portuguesa, Educação, Jornalismo, Gestão de Empresas, Comunicação Social, e Ciências da Informação. A nível do ensino médio cinco estão habitados com o curso de Gestão, Jornalismo e Eletrotécnica.

Tabela 2. Habitações Académicas dos jornalistas

Participantes	Habilitações Académicas
E1	Licenciado em Dança
E2	Licenciado em Língua Portuguesa
E3	Licenciado em Educação
E4	Médio de Jornalismo
E5	Médio de Gestão
E6	Medio de Gestão
E7	Médio de Jornalismo
E8	Licenciado em Jornalismo
E9	Licenciado em Gestão de Empresa
E 10	Licenciado em Comunicação Social
E11	Licenciado em Ciências de Informação
E12	Licenciado em Jornalismo
E13	Médio de Eletrotecnia

Relativamente aos cursos profissionalizantes que conferem uma qualificação não académica, estes variam desde Locução, Jornalismo Impresso, Técnicas de Jornalismo, Informação e Sociedade, com destaque para cinco participantes que foram formados pela Rádio Escola que é o órgão tutelado pelo Ministério da Comunicação Social cuja missão é de capacitar jornalistas com técnicas gerais de rádio para o desempenho da profissão. De realçar que três dos entrevistados não têm nenhuma formação profissional, conforme a tabela3, abaixo.

Tabela 3. Cursos profissionalizantes dos jornalistas entrevistados

Participantes	Cursos Profissionalizantes
E1	Locução
E2	Jornalismo Impresso
E3	Rádio Escola
E4	Nenhum
E5	Nenhum
E6	Rádio Escola
E7	Rádio Escola
E8	Técnicas de Jornalismo
E9	Nenhum
E 10	Locução
E11	Informação e Sociedade
E12	Rádio Escola
E13	Rádio Escola

Dos nove participantes que realizaram cursos profissionalizantes, 8 referiram que as formações foram adquiridas depois de vários anos de profissão. Contudo, os treze tiveram um tempo de estágio na RNA, sem conseguirem precisar com exatidão o tempo de duração. Reforçaram que no período de estágio tiveram a mesma carga profissional que os quadros efetivos que os orientavam.

### 5.3. Apresentação, Análise e Discussão das entrevistas

As entrevistas feitas aos jornalistas visam completar a observação não participante e as entrevistas sonoras recolhidas com a finalidade de realizar um diagnóstico sobre o uso do Género Entrevista na Rádio Nacional de Angola.

Após o diagnóstico e críticas da aplicação deste género, pretende-se propor técnicas e boas práticas de entrevista em rádio.

Durante a nossa pesquisa referimo-nos às regras e as técnicas de entrevistas. Assim, consideramos pertinente clarificar estes dois conceitos.

O dicionário da Academia de Ciências de Lisboa<sup>12</sup> define o termo regras como “um conjunto de princípios que regulam um funcionamento; os preceitos de algo de um modo adequado ou de acordo com os princípios; o que é usual (...)”.

O mesmo dicionário define o termo técnica como “aplicação de conhecimentos científicos no domínio da produção; Processos e instrumentos de que serve uma ciência ou uma arte; Conjunto de conhecimentos básicos científicos usados para obter um dado ou um resultado; Habilidade para usar procedimentos e instrumentos com vista a obtenção de um determinado resultado”.

Já o dicionário Universal de Língua Portuguesa<sup>13</sup> define o termo regras como algo que regula, modera e disciplina. A mesma obra define técnica como “um conjunto de procedimentos metódicos empregues para obter um determinado resultado; conjunto de processos que acompanham os conhecimentos científicos que são utilizados na investigação e na transformação da realidade”.

Na presente investigação optamos por definir os dois termos, Regras e Técnicas como o conjunto de princípios e instrumentos básicos usados para obtenção de um resultado.

Tal como referenciado no capítulo metodológico, a presente pesquisa compreende duas hipóteses:

- a) uma parte das entrevistas conduzidas na RNA não se adequam aos critérios técnicos recomendados pelos estudos relacionados com essa área de produção radiofónica;
- b) uma parte dos jornalistas não possuiu qualificações académicas e profissionais que garantam conhecimento atualizado e correta aplicação das técnicas da entrevista.

Foram realizadas treze entrevistas e serão apresentados os excertos relativos às questões colocadas. Tal como já referenciado capítulo metodológico, as entrevistas na íntegra podem ser consultadas nos anexos do trabalho.

---

<sup>12</sup> Academia das Ciências de Lisboa (2001) “Dicionário da Língua Portuguesa contemporânea”. Editorial verbo, Lisboa, consultado em 16.03.19;

<sup>13</sup> Dicionário Universal de Língua Portuguesa (1998), Texto Editora, Lisboa, consultado em 16.03.19

Para dar respostas aos objetivos da investigação elaboramos um guião orientador (anexo 3) para as perguntas a realizar aos jornalistas, tendo como base os seguintes elementos:

- Seleção do tema e escolha do entrevistado
- Preparação da entrevista
- Realização da entrevista
- Regras de entrevista e a sua aplicação
- Avaliação da entrevista
- Qualificações académicas e profissionais

E é nesta sequência que serão apresentados e discutidos os resultados.

### Seleção do tema e escolha do entrevistado

Durante a entrevista realizada aos jornalistas da RNA procuramos saber como é feita esta seleção. Conforme o resultado da nossa observação todos os entrevistados afirmam que a escolha do tema, bem como do entrevistado e os ângulos de abordagens são decididos pelo conselho de realizadores, sob proposta do realizador.

Alguns realizadores que propõem o tema e convidado podem também dirigir as entrevistas. Contudo, de uma forma geral, os repórteres é que são os entrevistadores e estes não têm participação na reunião acima citada.

O E1 quando questionado sobre quem faz a escolha dos seus entrevistados declarou: “as circunstâncias e eu, mas dependemos muito. Normalmente enquanto realizador assistente eu, mas enquanto locutor posso ser chamado para fazer um programa e acabo por entrevistar pessoas por decisão da realização de um programa de que não faço parte”.

Já o E2 afirma “Nós dependemos dos realizadores, eles é que decidem, outras vezes pode ser eu mesmo”.

Alguns realizadores têm uma reunião com os integrantes das suas equipas para decidirem a pauta a ser apresentada ao conselho de realizadores:

E4 (...)” nestas situações existe uma concertação com a equipa de programa, mas também algumas vezes o jornalista pode criar, propor um tema a equipa e aguardar se este é ou não aprovado. Não podemos ficar apenas a espera de orientações. O normal é o realizador passar as orientações do tema, o que ele pretende exatamente, e nós os jornalistas tentamos ajustar, mas sem fugir do tema inicial.”

E10 (...) “Normalmente, quando estamos a fazer a nossa pauta já sabemos o tema e quem é que vamos entrevistar.

Para o E13. Um jornalista tem que conhecer o órgão que serve, “para quem eu vou trabalhar? qual é a linha editorial? o que este órgão exige? Para dizer que existem alturas em que isso acontece, mas nem sempre porque nós temos a liberdade de abordar o que queremos. Existem alturas em que aparecem sim pautas direcionadas”.

Para alguns entrevistados esta prática em que lhes é indicado o tema, o convidado e os ângulos de abordagem interfere na qualidade da entrevista, segundo o E 13 “cada programa é um programa e nós somos jornalistas subdivididos em várias áreas, uma pessoa que não tenha sensibilidade cultural, se estiver mais ligado a área política ou económica é claro que ao me substituir a informação que produzirá não é a mesma que eu daria. Então isso interfere sim na qualidade”.

O E5 reforça que “(...) o conforto está em fazer o guião e ser apresentado por mim mesmo, é inquestionável. É bom fazer uma entrevista pensada e estruturada por nós. Fazer uma entrevista preparada por outra pessoa é sempre difícil (...) Não tem comparação possível. Outros entrevistados como o caso de E12 discordam e afirmam que o jornalista deve ser criativo”. Quando é-lhe dada a pauta pode acrescentar perguntas, desde que “não desautorizo o meu editor, muito pelo contrário, acrescento alguma coisa para tornar a matéria mais clara”. No entender do E8, o jornalista deve estar preparado para entrevistar tanto numa pauta previamente definida como uma definida por quem entrevista.

Embora não exista unanimidade acerca de quem deve decidir sobre o tema e o interlocutor, todos os entrevistados afirmam que o ideal seria que cada jornalista entrevistasse em função da sua área de especialidade para garantir qualidade ao ouvinte, e reforçam ainda que uma entrevista idealizada e estruturada por quem entrevista tem maiores possibilidades de obter bons resultados.

## Preparação da Entrevista

A preparação da entrevista foi uma das questões colocadas aos nossos entrevistados. Quisemos perceber como é estruturada uma entrevista, desde a sua preparação até à emissão.

Ao longo da nossa revisão bibliográfica vários autores destacam a necessidade imperiosa das entrevistas serem preparadas para que se consiga manter uma comunicação aceitável com o entrevistado e colher o máximo de informações.

Sendo a preparação um elemento básico da entrevista, e, porque no tópico referente à seleção do tema e dos convidados tivemos a oportunidade de ouvir dos reportes que grande

parte das entrevistas são preparadas pelos realizadores, pelo que, procuramos saber destes realizadores como preparam as entrevistas.

O E3 realizador e locutor há mais de trinta anos afirma que enquanto repórter trabalhou com um guião de entrevista preparado pelo seu realizador. Na altura não se sentia confortável, mas “tinha de o fazer porque era e é uma orientação na RNA”. Questionado sobre como prepara as suas entrevistas explica que a depender do assunto procura recolher dados, fazer as questões por ordem de importância, se coloca no lugar do ouvinte e faz as perguntas a pensar no que gostaria de ouvir.

Mesmo depois de todo o processo de preparação, o E3 encontra entrevistados que não respondem às perguntas. Nestas situações o realizador diz “(...) tento convencer, faço perguntas utilizando outros termos, pode ser que a linguagem utilizada o iniba de falar, então tento contornar e sensibilizo o entrevistado para continuar a falar”.

Apesar da importância da preparação da entrevista, o realizador assume que algumas vezes já teve de entrevistar sem dominar o assunto, principalmente se estiver nas vestes de locutor e outras em que é indicado para substituir colegas e, porque os locutores, a maior parte das vezes, só têm acesso ao guião quando já estão em estúdio, minutos antes da entrevista.

Por sua vez o E5 considera como aspetos importantes a ter em conta na preparação da entrevista a escolha do tema, saber o que se pretende abordar, e elaborar cinco perguntas iniciais, pois as demais acontecem ao longo da conversa. Este profissional algumas vezes encontra dificuldades em extrair informações do entrevistado. O realizador considera que “as fontes se fecham muito, estamos diante de uma profissão boa, mas às vezes acaba por ser difícil. Nestas situações o jornalista tem que ser perspicaz e muito mais inteligente para arrancar duas ou mais repostas”. Questionado sobre a existência de entrevistados difíceis, garante que “existem perguntas e entrevistados difíceis, mas temos de estar sempre à altura e dominar sempre o tema. Creio que os políticos são os mais difíceis, por exemplo, fogem às perguntas, e muitas vezes não querem mesmo responder”. Nestas situações “prefiro utilizar a técnica de perguntas abertas, pois me garantem respostas longas para extrair questões de interesse público”.

Apesar das dificuldades em extrair informações o E3 afirma que o mais importante é conhecer o entrevistado e o tema em questão, sem este conhecimento não existirá comunicação.

Os entrevistados apontam a importância da preparação da entrevista como fator primordial para obter qualidade neste género jornalístico. O realizador E6 diz que tem noção desta utilidade. Contudo, mesmo depois de 16 anos de jornalismo, e de todo o processo de

preparação, ainda encontra alguns entrevistados que não respondem às perguntas “e outros não passam do sim e do não”. No ato da preparação da entrevista “(...) faço uma introdução do tema para extrair as perguntas chaves porque ao longo da conversa podem surgir outras perguntas. Posso ter duas a cinco questões e à medida que o entrevistado fala surgem novas questões”. Considera este o processo básico e seguro para a preparação da entrevista.

Em resposta à questão colocada sobre as razões que levam os entrevistados a não responderem às perguntas, o E7 afirma “(...) penso que é o fraco conhecimento de quem entrevistamos. Precisamos também ver quem podemos entrevistar para podermos ter frutos dessa entrevista. Acho que a fraqueza está do lado de quem responde às perguntas”. Para que esta situação seja ultrapassada o realizador argumenta ser necessário aproximar-se do entrevistado para que se sinta seguro e confortável ao passar a informação.

À semelhança do E7, o E8 também responsabiliza o entrevistado quando as questões colocadas não são respondidas: “ (...) quando vou à entrevista primeiro trato de dar o tema ao interlocutor porque ele deve saber o que vai dizer, estar preparado, e se ele não conseguir responder algumas questões então passo para outra pergunta com uma linguagem mais simples, num ato de brincadeira para que ele entenda a minha pergunta. Se ainda assim não responder é porque decerto não está preparado para a entrevista, o melhor é parar, senão poderá dar uma informação incorreta aos ouvintes e ainda sujar a imagem da minha empresa. Daí que eu pulo logo para uma outra pergunta”. Nestas circunstâncias o realizador também atribui algumas responsabilidades ao jornalista, pois garante que uma pergunta mal formulada pode não resultar numa resposta. Questionado se alguma vez teve de entrevistar sem dominar o assunto, garante que nunca lhe aconteceu, pois, normalmente enquanto realizador elabora o guião de entrevista e seleciona o entrevistado.

De uma forma geral os jornalistas entrevistados garantem que preparam as suas entrevistas de acordo com alguns princípios estabelecidos pelos autores descritos na nossa revisão da literatura que destacam a importância de conhecer o tema, conhecer o entrevistado, elaborar o guião de forma clara, preparar sempre uma introdução para situar o entrevistado, informar acerca dos objetivos da entrevista, (Barbeiro & Lima 2001; Raimundo 2005). Contudo, segundo Gradim (2001) sempre que possível as entrevistas devem ser preparadas com antecedência, devendo o jornalista documentar-se sobre o tema.

De acordo com depoimentos dos jornalistas da RNA esta situação algumas vezes não ocorre, os locutores que não são realizadores só têm contacto com o guião e com o entrevistado no momento da entrevista, o que impossibilita a preparação antecipada. Um outro facto a ter em conta é que quando os entrevistados não respondem às perguntas dos jornalistas são apontados como responsáveis por este fracasso e por não estarem devidamente preparados em dar respostas. Esta questão foi muito debatida pelos jornalistas e não ouve

consenso. Em geral, recomendam aos jornalistas e aos entrevistados que se preparem para a entrevista e que cada um dê o seu melhor para informar ao público.

## Regras de Entrevista e a sua aplicação

Uma parte das entrevistas conduzidas na RNA não se adequam aos critérios técnicos recomendados pelos estudos relacionados com essa área de produção radiofónica. Esta é umas das hipóteses da nossa pesquisa. Com o objetivo de aprofundar os nossos conhecimentos procuramos perceber as regras utilizadas pelos profissionais da RNA.

Dos treze entrevistados, cinco estão na profissão há menos de três anos e 8 há mais de 10 anos. Em função da experiência profissional destes dois grupos, procuramos apresentar e discutir os resultados deste tópico baseando-se nestes dois níveis. Assim, ao questionar quais as são regras que utilizam para a entrevista, de forma sintetizada os jornalistas E1, E 2, E4, E5 e E 11, todos com menos de 3 anos de profissão descrevem as seguintes;

1. Estudar e dominar o tema;
2. Ter confiança e estar seguro ao colocar as questões;
3. Não desrespeitar o entrevistado;
4. Deixar o convidado confortável;
5. Ser o mais cordial possível;
6. Simpatia;
7. O jornalista deve identificar-se antes de começar a entrevista;
8. Usar uma linguagem coloquial;
9. Ser mais claro nas perguntas;
10. O jornalista deve estar emocionalmente preparado para a entrevista;
11. As entrevistas devem ser feitas de forma presencial;
12. Preparar o tempo de entrevista, preferencialmente se for em direto;
13. Testar sempre o material de entrevista

De forma individual cada um demonstrou conhecer duas a três regras que de alguma forma vão ao encontro do que vem mencionado na revisão na literatura a este respeito (Sousa, 2005; Campos, sd; Gradim,2000; Ganz,1995; Raimundo,2005; Bahia, 2005; Menezes, 2003).

Relativamente aos jornalistas com mais de 10 anos de profissão, quando questionados sobre as regras de entrevista, dois, concretamente o E6 e o E7, não as conseguiram descrever; já os outros seis, concretamente o E3, E8, E9, E 10, E12 e E13, descrevem as seguintes:

1. Pesquisar e dominar o assunto que pretende abordar;

2. Não demonstrar que domina melhor o assunto do que o entrevistado;
3. Ter conhecimentos sobre o entrevistado;
4. Usar uma linguagem coloquial;
5. Se possível ter um encontro prévio com entrevistado para informar sobre os objetivos da entrevista
6. Descontrair os entrevistados e deixá-lo à vontade antes da entrevista;
7. Cativar o entrevistado;
8. Saudar e despedir-se;
9. Tranquilidade;

À exceção dos dois jornalistas mencionados, seis de forma individual demonstraram conhecer duas a três regras que de alguma forma vão ao encontro do descrito na revisão na literatura a este respeito (Sousa, 2005; Campos, sd; Gradim,2000; Ganz,1995; Raimundo,2005; Bahia, 2005; Menezes, 2003).

Na análise dos dois grupos podemos verificar que os jornalistas com menos de três anos de profissão, apesar de conhecerem as regras afirmam que têm dificuldades relacionadas com a sua aplicabilidade. Por exemplo, algumas vezes são obrigados a entregar o guião de perguntas ao entrevistado por exigência do mesmo, não conseguem controlar o tempo de entrevista, não pesquisam sobre o entrevistado, não pesquisam sobre o tema e não testam o equipamento que utilizam para entrevistar.

Já para os jornalistas com mais de dez anos de profissão, podemos verificar que conhecem as regras de entrevista, mas, não conseguem descrever com precisão quais são. Por exemplo, o jornalista E6 disse que não existem regras para a entrevista, mas quando questionado sobre qual o modo mais comum de fazer as suas entrevistas afirmou que “(...) a rádio é uma caixa de surpresas. Defendo sempre que a entrevista tem mais peso feita de forma presencial independentemente destes outros meios que agora existem. É verdade que estes meios nos encurtam, mas para mim o melhor é mesmo a entrevista presencial, para que consigamos tirar o melhor proveito”. O mesmo aconteceu com o jornalista E7, que embora não tenha conseguido dizer quais as regras que utiliza para a entrevista, quando perguntado sobre o que faz para conseguir extrair informações do entrevistado afirmou: “Preparo a entrevista, faço uma introdução do que pretendemos para que o entrevistado saiba dos reais objetivos “

### Avaliação da entrevista

Sendo a entrevista um género jornalístico autónomo, mas também um género auxiliar de outros, procuramos saber dos jornalistas qual é retorno que têm das suas entrevistas.

De forma geral todos os jornalistas têm retorno das suas entrevistas pelos ouvintes e colegas de trabalho. Consideram importante que a RNA crie mecanismos de avaliação para melhor aferir a qualidade do trabalho. De forma geral, em termos de resultado final, entre

bom, médio mau, consideram o nível das suas entrevistas como médio pois, precisam aprimorar mais este género.

## Habilitações académicas e profissionais

Uma parte dos jornalistas não possuiu qualificações académicas e profissionais que garantam conhecimento atualizado e correta aplicação das técnicas da entrevista. Esta é segunda hipótese da nossa pesquisa. Com objetivo de aprofundar a hipótese procuramos perceber onde é que os jornalistas adquiriram conhecimentos sobre o género entrevista.

Conforme ilustram as tabelas 2 e 3 sobre habilitações académicas e cursos profissionalizantes, dos treze jornalistas cinco possuem habilitações académicas e profissionais na área do jornalismo e comunicação social, seis não possuem habilitações académicas na área do jornalismo, mas têm cursos profissionais de locução, jornalismo impresso, técnicas de jornalismo, informação/sociedade e técnicas de jornalismo radiofónicos na rádio escola. Por fim dois dos entrevistados não possuem habilitações académicas nem profissionais na área do jornalismo.

No grupo de jornalistas que possuem habilitações académicas e profissionais em jornalismo, à exceção do E12 que teve formação profissional na rádio escola antes de exercer a profissão, os demais começaram a exercer a profissão antes de adquirirem conhecimentos científicos e profissionais.

Conforme referenciado na revisão bibliográfica, em Angola somente em 2001 foi registado o primeiro curso de Ciências da Comunicação, tendo posteriormente surgido outros a nível superior na área. Em relação ao ensino médio o curso de jornalismo teve início em 1990. Portanto, os primeiros conhecimentos sobre entrevistas dos jornalistas entrevistados formam adquiridos na RNA com a experiência de outros profissionais. Mais tarde, esses conhecimentos foram aprimorados com formações.

Quando questionados sobre como foi a primeira entrevista foi-nos respondido: “não tinha nenhuma regra, fui com um questionário feito pelo meu superior, e era só cumprir o que estava no papel, não poderia faltar nenhuma vírgula e nem um ponto” (E7); “na minha primeira entrevista (...) lembro-me que na altura não perguntei absolutamente nada ao entrevistado, estava tão nervosa que eu não conseguia fazer as perguntas conforme deveriam ser feitas, tinha um guião, mas eu estava muito nervosa” (E10); “na minha primeira entrevista estava com um pouco de medo, pois não sabia quem é que poderia ouvir (...) mas algumas pessoas dizem que gostaram” (E11).

Depois de adquirirem os conhecimentos técnicos e científicos sobre o género entrevista, à exceção do E8 os demais profissionais consideraram que tiveram apenas conhecimentos teóricos e que os cursos, quer académicos quer profissionais, não possuíam laboratórios para aplicar os conhecimentos teóricos à prática, e se não fossem os conhecimentos adquiridos na RNA seria muito difícil aplicá-los.

O grupo de jornalistas que possuem habilitações académicas na área do jornalismo com cursos profissionais em outras áreas afins, assegura que conseguiram obter conhecimentos teóricos na academia, ainda assim, segundo o E3 “as academias têm muita carga teórica e a maioria dos cursos não possui aulas práticas”. O E4 reforça que a prática é fundamental e que “o ensino do jornalismo em Angola deve ter aulas práticas adequadas à prática da profissão. Nas nossas escolas existem mais a teoria e quase nada de prática, por isso é que na hora da prática perdemo-nos muito”.

Os entrevistados que não possuem habilitações académicas nem profissionais na área do jornalismo asseguram que aprendem diariamente ao ouvir bons jornalistas angolanos e estrangeiros ligados ao género entrevista.

De uma forma geral, os treze entrevistados garantem que a RNA é uma escola e que, com profissionais experientes aprendem o género entrevista. Ainda assim, apelam para a realização de cursos de superação e capacitação periodicamente, pela necessidade em aprimorar cada vez mais os conhecimentos:

E 2 “(...) desejo muito adquirir conhecimentos, aprendemos todos os dias e como novo na área preciso aprender muito”;

E3 “(...) acho mesmo que a rádio deveria ter constantemente formações e capacitações sobre entrevistas”;

E4 “ (...) cada rádio tem a sua linha editorial e é importante que a pessoa tenha já noções de como as coisas funcionam frequentando cursos promovidos por estas. Porque alguém que chega à rádio vindo de um outro órgão com uma linha editorial completamente diferente passa grandes dificuldades”.

E 6 “(...) seria muito bom e vão ajudar muito para quem está a entrar para o jornalismo e mesmo para quem já está no ramo”;

E7 “(...) preciso muito, nunca é demais aprender sobre como fazer uma boa entrevista porque hoje a ciência evolui cada vez mais e precisamos conhecer, para melhor dominarmos, não podemos continuar a trabalhar no empirismo (...)”;

E8 “(...) Temos que melhorar sempre e sempre o nosso nível de entrevista.

E9 “(...) gostaria muito, seria ótimo”;

E 10 “(...) é uma profissão que precisa ser atualização constantemente, então penso que sim, devemos ir atualizando, ou fazer refrescamento constantemente”.

E11 “(...) nós pensamos que sabemos tudo, mas não sabemos nada, logo, aprender, aprender”.

O E 13 (...) “é necessário que se aposte mais na formação para se terminar com o aprendizado empírico”.

O jornalismo é uma ciência em constante atualização que precisa ser aprimorada permanentemente.

Durante a nossa revisão da literatura, demonstramos como foi discutido o ensino do jornalismo em alguns países. Uma das questões mais defendidas pelos jornalistas e acadêmicos foi a relevância da formação e a necessidade de os currículos acadêmicos se adequarem à prática do jornalismo (Coelho, 2015; Correia, 1998; Pinto, 2004).

#### **5.4. Análise e discussão dos conteúdos do conjunto de entrevistas sonoras recolhidas na RNA**

O nosso diagnóstico é complementado com uma análise às 17 entrevistas sonoras realizadas pelos jornalistas da RNA recolhidas no período da nossa investigação, e incluídas como anexo, em suporte CD, no final desta investigação.

As entrevistas serão apresentadas e discutidas por especialidade. Foram analisadas dezassete entrevistas; três da área cultural, três da área de economia, três da área da educação, três da área da saúde, três da política e duas da área do ambiente.

A análise incidiu concretamente em verificar quais as técnicas ou regras de entrevista aplicadas pelos jornalistas que vão de encontro aos estudos feitos na nossa revisão da literatura que foram igualmente citadas pelos nossos entrevistados descritos na sessão anterior.

De ressaltar que por se tratar de registos áudios vamos destacar as regras abaixo, passíveis de serem verificadas, pois, as demais apresentadas não são passíveis de análise.

São elas:

1. O jornalista deve identificar-se antes de começar a entrevista e despedir-se no final;
2. Estudar e dominar o tema;
3. Ser mais claro nas perguntas;
4. Ter conhecimentos sobre o entrevistado;
5. Ter confiança e estar seguro ao colocar as questões;
6. Usar uma linguagem coloquial;
7. Não desrespeitar o entrevistado;
8. Deixar o convidado confortável;
9. Ser o mais cordial possível;
10. Demonstrar Simpatia;
11. As entrevistas devem ser feitas de forma presencial;
12. Não demonstrar que domina melhor o assunto do que o entrevistado;
13. Cativar o entrevistado;

## Cultura

### 1. Entrevista de Perfil com o músico angolano Elias Dya Kimuenzo

Entrevista de 54 minutos, em que o jornalista começou por fazer uma breve introdução sobre quem é o músico e dos objetivos da entrevista. Ao longo da entrevista o jornalista demonstrou ter conhecimentos sobre o entrevistado realizando perguntas que têm a ver com a vida pessoal e profissional do convidado, como: “ Porquê que desde muito cedo as pessoas pensavam que o Elias nasceu na província do Cuanza-sul?”, ou “O facto de ter sido órfão aos 7 anos o que mudou na vida?”, “ Quais as memórias do tempo em que frequentava a zona do Pungo, do caminho de ferro?”; e “Foi da turma do margoso, o que esta turma representou para a sua vida?”

A entrevista foi feita numa linguagem coloquial, de fácil apreensão, e com perguntas claras. Foi notável o respeito que o jornalista teve com o entrevistado.

### 2. Entrevista com atriz de cinema Maria João

Entrevista de 23 minutos em que a jornalista começou a entrevista por formular as seguintes perguntas de uma só vez “Maria João, boa noite, quem é, e o que faz? É uma artista angolana de renome? Seguido de minutos de silêncio, a artista agradeceu sem responder às questões colocadas pela jornalista. Não foi possível observar quais os objetivos da entrevista. As perguntas não foram claras e o jornalista não demonstrou ter domínio da matéria, nem do perfil do entrevistado, embora tenha utilizado uma linguagem coloquial.

### 3. Entrevista com o músico angolano Matias Damásio

A entrevista de 39 minutos começa com uma saudação, faz uma introdução sobre o artista, sobre os objetivos da entrevista e posteriormente formam colocadas as perguntas. A jornalista algumas vezes fazia 3 perguntas de uma só vez:” que aspetos da nossa cultura o Matias gostaria de ver na RNA? que assuntos a rádio deve levar a público sobre cultura? e em que áreas?” O músico dominava o microfone por 5 a 7 minutos a responder e quase não refletia a pergunta feita pelo jornalista. A meio da entrevista a jornalista colocava e respondia as próprias perguntas. Outras vezes colava questões, por exemplo: “O que é que os artistas sabem sobre a Direção Nacional de artistas e conexos?”. Quando o músico estava a responder, a jornalista interrompe e num tom irónico sorri no final diz “Como não sabe, eu vou-lhe responder (...)”

A jornalista demonstrou ter conhecimento do tema, usou uma linguagem coloquial. Contudo, em uma das questões demonstrou ter mais conhecimentos da matéria do que o próprio entrevistado, o que denotou algum desrespeitando pelo músico e contraria as regras descritas na nossa revisão da literatura e nas apontadas pelos próprios jornalistas da RNA.

## **Economia**

### **1. Entrevista com a economista Marta Villianueva**

Entrevista de 6 minutos em que o jornalista começou por saudar a entrevistada e por fazer uma breve introdução dos objetivos da entrevista.

Podemos notar que o jornalista num momento fez duas perguntas de uma só vez: “Qual é o espírito da iniciativa? Quem fizer parte desta atividade como espera que a pessoa saia e olha para os negócios?” A entrevistada respondeu apenas à segunda questão.

O jornalista faz outras perguntas: “Quando começa a atividade? Quem pode participar? Quantas pessoas poderão fazer parte (...)?”

As perguntas colocadas denotam um fraco domínio do tema abordado.

### **2. Entrevista com populares sobre os serviços dos Multicaixas**

Em 3 minutos a jornalista ouviu 4 populares e fez as mesmas questões a todos. Por ser uma entrevista curta podemos apenas notar que houve clareza e precisão nas questões.

### **3. Incentivo com a modista aposentada Cecília Finete**

Numa entrevista de 4 minutos o jornalista fez três perguntas no início “Há quanto tempo trabalha como modista?” e no fim “A máquina que trabalha é de pedalagem? não cansa?”. Não foram enunciados os objetivos, portanto, não conseguimos perceber os reais objetivos da entrevista

## **Educação**

### **1. Entrevista com a Inspectora-geral do Ministério da Educação**

Em 14 minutos a jornalista começa por saudar a convidada e saber sobre o diagnóstico da Inspeção do Ministério da educação em Angola. Em resposta a entrevistada diz que o sector está em fase de reestruturação e em seguida fala da ação formativa que decorre no país para esta reestruturação.

Denotamos que o jornalista não dominava o tema e a conversa tomou o rumo que a convidada deu, pois, até mesmo as perguntas feitas não tinham resposta conforme a pergunta.

### **2. Entrevista com a educadora social Maria Filomena**

Em 9 minutos a jornalista começou por levantar questões como: “Nasceu na província do Huambo, como foi a sua infância? A disciplina de matemática não é das favoritas, porquê?”. Pelas perguntas feitas notamos que a jornalista tinha conhecimentos sobre a entrevistada, pois, foram feitas com informações pessoais e profissionais da educadora social.

Não houve uma saudação, uma introdução do tema nem dos objetivos da entrevista. Podemos denotar que houve clareza, concisão, segurança e o uso da linguagem coloquial nas perguntas colocadas.

### 3. Entrevista com o Pedagogo Félix João sobre o conceito de superdotado

Entrevista de 6 minutos para a análise do dia da independência de Angola assinalado ao 11 de Novembro. O jornalista começou por apresentar o tema e fez uma breve introdução sobre os objetivos da entrevista. Questionou sobre o conceito de superdotado, a relação deste com os demais colegas, com os professores e com o Estado. O jornalista demonstrou ter conhecimentos do assunto, houve clareza, concisão, segurança e o uso da linguagem coloquial.

## Saúde

### 1. Entrevista com médicos pediatras no âmbito da semana de alimentação

Entrevista de 35 minutos, a jornalista começou por fazer uma introdução sobre os objetivos do tema e apresentação das convidadas. O jornalista demonstrou ter conhecimentos do assunto, houve clareza, concisão, segurança e o uso da linguagem coloquial nas perguntas colocadas.

### 2. Saúde sexual Reprodutiva, entrevista com Filomena Wilson

Entrevista de 35 minutos. A jornalista começou por fazer uma introdução sobre os objetivos do tema e apresentação das convidadas. Contudo, denotou-se que a jornalista tinha fraco domínio do tema, pois, a entrevistada em alguns momentos tomou as rédeas da entrevista e ficava com o microfone durante 8 a 10 minutos sem intervenção da jornalista. Vezes há que a entrevistada fazia e, ao mesmo tempo respondia às perguntas.

O jornalista demonstrou falta de conhecimento do assunto, as perguntas não foram claras, algumas vezes manifestava insegurança ao colocar a questão. Usou uma linguagem coloquial.

### 1. Entrevista com a Direção do comité de especialidade dos médicos do Partido político MPLA

Entrevista de cinco minutos em que o jornalista questionou quais as atividades que o comité realizará, quem deve participar, o tempo dura a formação, onde se realiza. A entrevista terminou depois destas perguntas serem respondidas. O jornalista demonstrou que não dominava o tema.

## **Política**

### **1. Entrevista com o Bispo Emérito Francisco Viti**

Entrevista de 22 minutos em que o jornalista começa por saudar, apresentar o convidado e anunciar os objetivos da entrevista. O jornalista demonstrou ter conhecimentos do tema e do assunto com perguntas claras, numa linguagem coloquial.

### **2. Entrevista com a embaixadora de Cuba**

Entrevista de 11 minutos em que o convidado começou por colocar uma questão e na sequência a entrevistada começou por saudar, fez uma introdução do tema e posteriormente respondeu à pergunta do jornalista.

O jornalista demonstrou não dominar o tema, as perguntas não foram claras, algumas eram afirmativas que a convidada acabava por discordar, avançando as informações corretas e introduzindo cada pergunta.

### **3. Entrevista com o General Matias Lima**

Entrevista de 32 minutos em que o jornalista começou por saudar o convidado, apresentou os objetivos da entrevista.

O jornalista demonstrou dominar o tema e o convidado. As perguntas foram claras, feitas com segurança numa linguagem coloquial.

## **Ambiente**

### **1. Entrevista com ambientalista António Matias**

Entrevista de 38 minutos em que a jornalista começou por apresentar o convidado, e faz uma breve introdução sobre os objetivos da entrevista. O entrevistado usava uma linguagem muito técnica sem, contudo merecer uma intervenção da jornalista. As perguntas colocadas não foram claras o que denotou algum desconhecimento sobre o tema.

### **2. Entrevista com o ambientalista Danilo Silva**

Entrevista de 9 minutos em que o jornalista começa por apresentar o tema e o convidado. O jornalista empregou uma linguagem coloquial, demonstrou conhecer o tema e o convidado, as perguntas foram feitas com clareza e segurança.

## Síntese das Entrevistas Sonoras

As entrevistas sonoras recolhidas visam completar a observação não participativa e as entrevistas feitas aos profissionais com a finalidade de realizar um diagnóstico sobre o uso do Género Entrevista na Rádio Nacional de Angola.

Tal como referenciado no capítulo metodológico, a presente pesquisa compreende duas hipóteses, sendo uma delas que uma parte das entrevistas conduzidas na RNA não se adequam aos critérios técnicos recomendados pelos estudos relacionados com essa área de produção radiofónica.

Em função dos critérios que nos propusemos identificar, as 17 entrevistas analisadas das seis áreas de especialidades, quando relacionadas com as informações da observação não participativa e as entrevistas feitas aos jornalistas da RNA, verificamos que as entrevistas da área cultural foram conforme as regras e técnicas descritas pelos autores na nossa revisão da literatura e pelos jornalistas entrevistados, na área da Economia houve clareza em uma das entrevistas, na área da educação duas entrevistas estavam em conformidade com as regras, na área da Saúde uma entrevista estava conforme as regras descritas, na área da Política uma entrevista estava conforme as regras, no Ambiente uma entrevista estava de acordo com as regras de entrevistas citadas pelos jornalistas entrevistados e conforme as citadas na nossa revisão da literatura.

Podemos verificar que alguns profissionais dominam as regras de entrevista e outros não dominam. Não houve uma área de especialidade em que todos os jornalistas dominavam o tema. Esta situação pode ser relacionada com o exposto na nossa observação não participante onde verificamos que, apesar de existirem áreas diferenciadas na redação do canal A da RNA, alguns jornalistas são indicados para entrevistar em qualquer área. Este facto é também reforçado nas entrevistas feitas aos jornalistas, quando alguns jornalistas afirmam que quando entrevistam em função da área de conhecimento conseguem garantir melhor qualidade no trabalho.

Porem, a questão da área de especialidade não foi discutida na nossa revisão da literatura, pelo que esta pode ser uma abordagem para futuras investigações. Ainda assim, podemos relacionar a esta a unanimidade de todos os jornalistas entrevistados em afirmar a necessidade de dominar o tema e o entrevistado como princípios básicos das regras de entrevista e do jornalismo, pese embora esta realidade não acontecer sempre na RNA de acordo com os mesmos.



# Capítulo 6. Propostas e Considerações Finais

## 6.1. Proposta de Técnicas de Entrevista de Rádio

A presente investigação não se limita a fazer o diagnóstico sobre a situação atual de utilização das entrevistas radiofónicas na Rádio Nacional de Angola-Luanda. O nosso objetivo é também produzir possíveis indicações de aperfeiçoamento deste género jornalístico.

Assim, apresentamos dois tipos de propostas: **Proposta de Organização Interna e Proposta de Técnicas de Entrevista.**

### **Proposta de Organização Interna**

Durante a nossa pesquisa os jornalistas da RNA apontaram algumas preocupações que estão refletidas no capítulo da análise e discussão das entrevistas que têm influência na aplicabilidade das regras de entrevista e, conseqüentemente, na qualidade do trabalho.

Assim sugerimos à Rádio Nacional a adoção das seguintes estratégias:

1. Que cada jornalista entreviste em função da área de especialidade em que está inserido, salvo exceções devidamente justificadas;
2. Que o jornalista não se acomode com a pauta jornalística, sendo sempre necessário pesquisar sobre o tema e sobre o entrevistado;
3. Depois de aprovada a pauta, que os realizadores reúnam com os integrantes da equipa, concretamente os redatores, repórteres e locutores para em conjunto traçarem os mecanismos de implementação da mesma;
4. A realização de formação continua sobre o género Entrevista e outros géneros;
5. A criação de mecanismos de avaliação aos profissionais que conduzem a entrevista;
6. A criação de incentivos ao género Entrevista, como premiações às melhores entrevistas do ano;
7. A criação de parceiras entre a RNA e as Instituições médias e superiores que ministram cursos de Jornalismo, Ciências da Comunicação e Comunicação Social para estudos sobre os currículos destas áreas;

## Proposta de Técnicas de Entrevista

Os jornalistas entrevistados mostram algum conhecimento de regras e técnicas de entrevista que vão de encontro a nossa revisão da literatura. É com base nesta e em outras descritas por vários autores referenciados no nosso trabalho, que sugerimos à Rádio Nacional a criação de um Guia Prático de Entrevista com algumas regras. Guia esse, que pode ser melhorado com o contributo de vários profissionais da R.N.A.

O Guia Prático de Entrevista visa apoiar os jornalistas que utilizam este género jornalístico e poderá também ser útil nos cursos de formação académica e profissional. Nele poderão constar as seguintes regras de Entrevista;

1. O jornalista deve apresentar-se, nome, órgão a que pertence e dizer os objetivos da entrevista;
2. O entrevistado deve ser bem identificado para que o ouvinte saiba quem é, o que faz e porque está a ser entrevistado;
3. O jornalista deve olhar o entrevistado com atenção para que perceba que está a ser ouvido e evitar distrações;
4. É importante procurar estar à vontade com o entrevistado, pois quanto mais à vontade ele estiver mais e melhores respostas dará;
5. Procurar deixar o entrevistado confortável porque isso gera confiança. É mais fácil dialogar com quem nos garante confiança;
6. O jornalista deve estar confiante e seguro nas perguntas que coloca;
7. O jornalista deve estar preparado e saber o que pretende;
8. É importante ser o mais cordial possível;
9. A simpatia aproxima mais as pessoas e é essencial para tranquilizar o entrevistado;
10. O jornalista não deve dar respostas pelo entrevistado, ainda que as tenha/saiba;
11. Ter conhecimentos sobre o entrevistado;
12. Ter conhecimentos sobre o tema;
13. O jornalista deve procurar fazer as entrevistas de forma presencial;
14. As perguntas devem ser claras e simples;
15. O entrevistado deve ser informado com antecedência sobre os objetivos da entrevista;
16. Usar uma linguagem coloquial e de fácil compreensão, consoante os diferentes públicos a que se dirige;
17. Estar atento ao local onde a entrevista é feita, e preferencialmente deixar que seja o entrevistado a escolher onde se sente mais confortável;
18. O jornalista não deve se sentir intimidado com o interlocutor;
19. Sempre que possível é importante reservar algum tempo para estar com o entrevistado antes da entrevista;

20. Quando necessário pode frequentar o mesmo ambiente do seu interlocutor para ganhar confiança
21. O jornalista deve ser humilde e solicitar auxílio dos colegas;
22. Preparar o roteiro ou o guião de entrevista com antecedência;
23. Não fazer do guião de entrevista uma lei a ser seguida à risca, é apenas uma base para organizar as ideias;
24. Definir o tempo de entrevista, ainda que este não seja cumprido na íntegra para o caso das entrevistas gravadas;
25. Estar no local da entrevista à hora certa;
26. Não demonstrar ao entrevistado que não está satisfeito com o seu desempenho;
27. O microfone ou o meio a entrevistar deve estar nas mãos do jornalista, pois a ele cabe a condução da entrevista, caso contrário o jornalista corre o risco de ser entrevistado;
28. Faça da entrevista uma conversa para que o entrevistado não pense que está num tribunal a ser julgado. A entrevista não é um julgamento;
29. Preparar com antecedência o material com que vai fazer a entrevista;
30. É importante criar um ambiente de conforto ao entrevistado, deve estar bem sentado, bem posicionado, salvo se for uma entrevista rápida ou de rua em que o entrevistado prefira estar em pé;
31. Deve-se verificar sempre a carga e as pilhas do meio que é utilizado para a entrevista;

## 6.2. Considerações Finais

A presente investigação teve como objetivo identificar a situação atual de utilização das entrevistas radiofónicas na Rádio Nacional de Angola-Luanda com vista à produção de um diagnóstico do estado atual do emprego deste género jornalístico e, após essa análise, produzir possíveis indicações de aperfeiçoamento.

Neste contexto formam traçadas duas hipóteses; 1) uma parte das entrevistas conduzidas na RNA não se adequam aos critérios técnicos recomendados pelos estudos relacionados com esta área de produção radiofónica; 2) uma parte dos jornalistas não possui qualificações académicas e profissionais que garantam conhecimento atualizado e correta aplicação das técnicas da entrevista.

Para testar as hipóteses e de modo a conseguirmos resultados, optamos por recorrer à Entrevista Semiestruturada e à Observação Não Participante numa abordagem qualitativa.

A observação não participante foi realizada durante um mês na redação de programas da RNA onde foi possível compreender a estrutura da redação, a preparação da pauta jornalística, a seleção dos temas, a distribuição da agenda, como são preparadas as entrevistas, quer sejam em direto ou gravadas e assim perceber como é estruturada a programação da RNA.

As nossas observações concluíram que os jornalistas estão distribuídos pelas áreas social e cultural. Contudo, embora exista formalmente esta distribuição, estes profissionais são delegados para produzir matérias da área social, cultural, política e económica de modo indiferenciado. A preparação da pauta jornalística, a seleção do tema e do convidado é feita pelos editores e realizadores dos programas, já os repórteres e os locutores são os principais executores, ou seja, entrevistadores. Sendo que a programação da RNA é maioritariamente planificada.

Com o objetivo de entender o perfil académico e profissional dos jornalistas bem como as regras e técnicas de entrevista implementadas pelos jornalistas da RNA realizamos entrevista semiestruturada a 13 profissionais que utilizam este género jornalístico como autónomo e enquanto auxiliar de outros géneros. Analisamos também 17 entrevistas sonoras realizadas nas seis áreas de especialidade da RNA, concretamente; cultura, economia, educação, saúde, política e ambiente.

Após análise e discussão destes conteúdos em função das hipóteses traçadas, os entrevistados e as entrevistas nos levaram a confirmar a primeira hipótese de que uma parte das entrevistas conduzidas na RNA não se adequam aos critérios técnicos recomendados pelos estudos relacionados com essa área de produção radiofónica. Esta situação, segundo os jornalistas deve-se a muitos fatores, com destaque para os limitados conhecimentos adquiridos quer na área académica e quer na formação profissional.

Dos 13 jornalistas entrevistados dois não possuem habilitações académicas nem profissionais na área do jornalismo. Os demais possuem formação académica média e ao nível da licenciatura, e/ou formação profissional de jornalismo em áreas afins adquiridas nas instituições angolanas à exceção de um entrevistado.

Não existe uma resposta exata para a nossa segunda hipótese. Conforme demonstrado na nossa investigação, à exceção de dois participantes os 11 possuem qualificações académicas e profissionais. Contudo, afirmam que estas qualificações não garantem total conhecimentos atualizados e correta aplicação das técnicas de entrevista, porque as referidas formações são maioritariamente teóricas. Por outro lado, afirmam que os currículos não estão ajustados às novas realidades da profissão jornalística. A teoria é completamente diferente da prática.

Uma vez que o ensino do jornalismo a nível médio e a nível superior começou a ser ministrado depois da entrada na profissão, a maioria dos jornalistas entende que deve haver uma simbiose entre o que se aprende nas escolas e nos cursos com a prática do exercício da profissão.

Tal como referimos na nossa revisão da literatura, o ensino a nível superior em Angola começou a ser ministrado em 2001 para dar resposta à profissão, sem, contudo existirem debates públicos e académicos sobre a sua qualidade e viabilidade.

Face à constatação apresentada pelos jornalistas entrevistados acreditamos que este trabalho abre portas para futuramente produzir um estudo sobre os currículos dos cursos de jornalismo em Angola e a estrutura dos cursos profissionais ligados à área do jornalismo.

Portanto, com as propostas ora apresentadas, acreditamos que os jornalistas da RNA e demais poderão ter uma base que permitirá aumentar a qualidade do seu trabalho e consequentemente os resultados da Instituição.



# Bibliografia

Antunes, G. (2004). *Ensaio União dos Escritores angolanos*. Obtido em 2019, de União dos escritores angolanos: <http://www.ueangola.com/index.php/criticas-e-ensaios/item/170-a-din%C3%A2mica-e-o-estatuto-dos-jornalistas-em-angola-no-per%C3%ADodo-da-imprensa-livre-1866-1923.html>

Aurélio, D. d. (2018). <https://dicionariodoaurelio.com/genero>. Obtido em 2018

Bahia, J. (1990). *Jornal, História e Técnica; As Técnicas do Jornalismo*. São Paulo: Ática.

Barbeiro, H., & Lima, P. (2001). *Manual de Radiojornalismo*. Campus.

Bessa, M. (2004). *O aspecto vocal no rádio jornalismo*. Obtido em 2018, de Universidade Nova de Lisboa: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bessa-mariana-radio-jornalismo.pdf>

Bolonha, S. (2016). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: pactor.

Campos, P. (2002). *Géneros do Jornalismo e Técnicas de Entrevista*. Obtido em 2018, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/campos-pedro-generos-do-jornalismo.pdf>

Caputo, S. G. (2006). *Sobre Entrevistas. Teoria, práticas e experiências*. Vozes.

Chizzotti, A. (2003). *A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais; evolução e desafios*. Revista Portuguesa de Educação: <https://www.redalyc.org/html/374/37416210/>.

Coelho, C. P. (2015). *Jornalismo e Mercado. Os desafios colocados à formação*. . Universidade da Beira Interior: Lab.com.

Correia, F., & Baptista, C. (2000). *Jornalistas. Do ofício à Profissão*. Caminho nosso mundo.

Correia, J. (2011). *O Admirável mundo das notícias. Teorias e métodos*. Obtido em 2019, de LabCom: <https://ubibliorum.ubi.pt/handle/10400.6/4344>

Correia, J. (s.d.). *O ensino do jornalismo visto pelos jornalistas*. Obtido em 2018, de Universidade da Beira Interior: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-joao-ensino-jornalismo.pdf>

Fidalgo, j. (2005). *Jornalistas na busca inacabada da identidade*. Obtido em 2018, de Universidade do Minho: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7435>

Fortin, M. F. (2009). *Fundamentos e etapa do processo de investigação*. Portugal: Lusodidata.

Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação: da concepção à realização*. Portugal: Lusodidacta.

Freitas, A. D. (2017). *Usos dos media por jovens universitários de Angola: O caso da província de Benguela*. Obtido em 2019, de Tese Universidade Nova de Lisboa: <https://run.unl.pt/handle/10362/35958>

Ganz, P. (1995). *Técnica de Jornalismo. A Reportagem em Rádio e Televisão. A informação em som, o trabalho em equipa, o texto audiovisual, os recursos técnicos e as estratégias de programação*. . Editorial inquérito.

- Gil, C. (2007). *Métodos e técnicas de pesquisa Social 5ª edição*. São Paulo: Atlas.
- Gradim, A. (2007). “*WebJornalismo e a Profissão de Jornalista: alguns equívocos sobre a dissolução do 4º Poder*”, in *Jornalismo digital de terceira geração*. Obtido em 2018, de Universidade da Beira: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/54>
- Gradim, A. (2014). *Géneros Jornalísticos. Programa, Conteúdo e Métodos*. Universidade da Beira Interior.
- Gradim, A. (2000). *Manual de Jornalismo*. Universidade da Beira Interior.
- Hohlfeldt, A. (2009). *Imprensa das colónias de expressão portuguesa: primeira aproximação*. Obtido em 2019, de Revista comunicação e sociedade da universidade metodista do são paulo: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>
- Lopes, P. C. (2010). *Jornalismo e linguagem jornalística: revisão conceptual de base bibliográfica*. Obtido em 2018, de Universidade autónoma de lisboa: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/196>
- Lopo, J. (1964). *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Obtido em 2018, de Universidade Fernando Pessoa: <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/196>
- Mateus, I. (2001). *Os media em Angola*. Obtido em 2019, de União dos escritores angolanos: <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/2001/angola/osmedia.html>
- Medina, C. (2011). *A entrevista o diálogo possível*. Ática.
- Meditsch, E. (1999). *A Rádio na era da informação*. Coimbra: Minerva.
- Menezes, P. (2003). *Tudo o que se passa na TSF*. Porto.
- Montant, H. (2002). *A entrevista escrita e de perfil*. Inquérito.
- Mozzini, C. (2003). *O lugar do humano na entrevista jornalística*. Obtido de <http://bocc.ufp.pt/pag/mozzini-camila-2013-lugar-humano.pdf>
- Nogueira, L. (2016). *Dissertação. Para a história do jornalismo desportivo radiofónico em Portugal; o caso da "bola branca"*. Obtido em 2018, de Universidade do Porto: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/86668/2/163302.pdf>
- Paula, R. (SD). *A importância do jornalismo como ciência no processo de profissionalização da carreira*. Obtido de <http://repositorio.ual.pt/handle/11144/196>
- Pedro, C. (2017). *Proposta de base de dados terminológica e áudio multilingue para os jornalistas redatores da RNA: o caso dos estrangeirismos*. Obtido em 2018, de <https://run.unl.pt/handle/10362/23485>
- Pereira, F. (2009). *Da disponibilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão*. Obtido em 2018, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>
- Pinto, M. (2004). *o ensino e a formação na área do jornalismo em Portugal*. Obtido em 2018, de Revista comunicação e sociedade: <http://revistacomsoc.pt/index.php/comsoc/article/view/1245>
- Público. (1998). *Livro de estilo*. Público comunicação S/A.

- Raimundo, O. (2005). *A entrevista no Jornalismo Contemporâneo*. Coimbra: Minerva.
- Reis, F. (2018). *Investigação científica e trabalhos académicos*. Lisboa: Sílabas.
- Rizzotto, C. (2012). *Constituição histórica do poder na mídia no Brasil: o surgimento do quarto poder*. Obtido em 2018, de Universidade Tuitui do Paraná: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22403/21494>
- Rodrigues, A. (2006). *Jornalismo nas ondas do rádio estudo de caso: Análise crítica do programa o Ministério Público e a cidadania*. Obtido em 2018, de Universidade Federal do Maranhão: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-jornalismo-ondas-radio.pdf>
- Santos, R. (2002). *Arquivo de rádio*. Obtido em 2019, de indústrias culturais: <https://industrias-culturais.hypotheses.org/category/radio>
- Sobreira, R. (2004). *O ensino do jornalismo e a profissionalização dos jornalistas em Portugal(1933-1974)*. Obtido em 2019, de Escola superior de tecnologia e gestão do instituto de tecnologia de gestão de leiria: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-05-Rosa-Sobreira.pdf>
- Sousa, J. (2006). *Elementos de Teorias e Pesquisa da Comunicação dos Media*. Universidade Fernando Pessoa: Porto.
- Sousa, J. P. (2009). *A discussão sobre a introdução do ensino superior do jornalismo em Portugal; das primeiras menções ao primeiro curso de graduação*. Obtido em 2018, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-a-discussao-sobre-a-introducao-do-ensino-superior-do-jornalismo-em-portugal.pdf>
- Sousa, J. P. (2005). *Elementos de Jornalismo Impresso*. Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (1996). *Elementos de Radiojornalismo e de Telejornalismo*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.
- Sousa, J. P. (2008). *Uma história do Jornalismo no Ocidente*. Universidade Fernando Pessoa: Porto.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2016). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios*. Lisboa: Pactor.
- Tranquina, N. (2005). *Teorias do jornalismo. Porquê que as notícias são como são*. Obtido em 2019, de [https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/viewFile/1102/1043](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/viewFile/1102/1043)

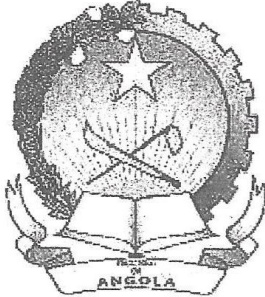
## LEGISLAÇÃO

- O Decreto Presidencial nº 206/10 de 13 de setembro- Estatuto da empresa Radiodifusão Nacional de Angola;
- Decreto Presidencial nº 1/2017 de 23 de Janeiro, Lei de Imprensa
- Decreto Presidencial nº 2/2017 de 23 de Janeiro- Lei da Entidade Reguladora da Comunicação Social;
- Decreto Presidencial nº 5/2017 de 23 de Janeiro- Estatuto do Jornalista angolano;
- Decreto Presidencial nº 5/2017 de 23 de Janeiro, artigos 7 e 8 - O Estatuto do Jornalista



# Anexos

ANEXO 1- Decreto Presidencial n.º 206/10 que aprova o Estatuto da Empresa Radiodifusão Nacional de Angola



Quinta-feira, 23 de Setembro de 2010

I Série — N.º 181

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 190,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS	O preço de cada linha publicada nos Diários da República 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
	Ano	
	As três séries. .... Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série. .... Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série. .... Kz: 123 500,00	
	A 3.ª série. .... Kz: 95 700,00	

IMPRENSA NACIONAL - E. P.  
Rua Henrique de Carvalho n.º 2  
Caixa Postal N.º 1306

## CIRCULAR

Excelentíssimos Senhores:

Havendo necessidade de se evitarem os inconvenientes que resultam para os nossos serviços do facto das respectivas assinaturas no *Diário da República* não serem feitas com a devida oportunidade.

Para que não haja interrupção no fornecimento do *Diário da República* aos estimados clientes, temos a honra de informá-los que estão abertas a partir desta data até 15 de Dezembro de 2010, as respectivas assinaturas para o ano 2011 pelo que deverão providenciar a regularização dos seus pagamentos junto dos nossos serviços.

1. Os preços das assinaturas do *Diário da República*, no território nacional passam a ser os seguintes:

As 3 séries .....	Kz: 440 375,00
1.ª série .....	Kz: 260 250,00
2.ª série .....	Kz: 135 850,00
3.ª série .....	Kz: 105 700,00

2. As assinaturas serão feitas apenas no regime anual.

3. Aos preços mencionados no n.º 1 acrescer-se-á um valor adicional para portes de correio por via normal das três séries, para todo o ano, no valor de Kz: 95 975,00, que poderá sofrer eventuais alterações em função da flutuação das taxas a praticar pela Empresa Nacional de Correios de Angola, E.P. no ano de 2011. Os clientes que optarem pela recepção dos *Diários da República* através do correio deverão indicar o seu endereço completo, incluindo a Caixa Postal, a fim de se evitarem atrasos na sua entrega, devolução ou extravio.

Observações:

- estes preços poderão ser alterados se houver uma desvalorização da moeda nacional, numa proporção superior à base que determinou o seu cálculo ou outros factores que afectem consideravelmente a nossa estrutura de custos;
- as assinaturas que forem feitas depois de 15 de Dezembro de 2011 sofrerão um acréscimo de uma taxa correspondente a 15%;
- aos organismos do Estado que não regularizem os seus pagamentos até 15 de Dezembro do ano em curso não lhes serão concedidas a crédito as assinaturas do *Diário da República*, para o ano de 2011.

## SUMÁRIO

### Presidente da República

Decreto presidencial n.º 206/10:

Aprova o Estatuto da Empresa Pública Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., RNA-E. P. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Decreto presidencial n.º 207/10:

Aprova o Estatuto da Empresa Pública Televisão Pública de Angola, TPA-E. P. — Revoga toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto presidencial n.º 206/10  
de 23 de Setembro

Considerando que por Decreto n.º 76/97, de 31 de Outubro, foi criada a empresa Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., e aprovado o seu estatuto;

Convindo proceder à revisão do referido estatuto de forma a ajustá-lo ao novo contexto constitucional e às orientações actuais para a gestão das empresas públicas;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Estatuto da Empresa Pública Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., RNA-E. P., anexo ao presente diploma e que dele é parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Art. 3.º — É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Art. 4.º — O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

## ESTATUTO DA EMPRESA «RADIODIFUSÃO NACIONAL DE ANGOLA — EMPRESA PÚBLICA»

### CAPÍTULO I Disposições Gerais

#### ARTIGO 1.º (Denominação e natureza jurídica)

A Empresa Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., abreviadamente designada por RNA-E. P., é uma empresa pública de grande dimensão e de interesse público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

#### ARTIGO 2.º (Direito aplicável)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. rege-se pela Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro e pelas suas eventuais alterações posteriores, pelo presente estatuto, pela legislação que lhe seja especificamente aplicável e, supletivamente, pela legislação comercial e no que não estiver especialmente regulado, pela demais legislação em vigor.

2. Os direitos do Estado como proprietário da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. são exercidos pelo Ministro de Estado e da Coordenação Económica em conformidade com as orientações estratégicas referidas no número seguinte e mediante a prévia coordenação sectorial estabelecida com o Ministro da Comunicação Social.

3. Sob proposta do Ministro de Estado e da Coordenação Económica e do Ministro da Comunicação Social, o Titular do Poder Executivo, no exercício da função accionista, define as orientações estratégicas da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., as quais podem envolver metas quantificadas e a celebração de Contratos-Programa entre o Estado e a empresa que vão reflectir-se nos contratos de gestão celebrados com os membros do Conselho de Administração.

#### ARTIGO 3.º (Sede)

A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. tem a sua sede na Cidade de Luanda, na Rua Comandante Gika, exerce a sua actividade em todo o território nacional podendo, por deliberação do Conselho de Administração, estabelecê-la em novo local, bem como criar representações ou delegações em Angola ou no estrangeiro, ouvido o órgão de tutela.

#### ARTIGO 4.º (Objecto social)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. tem por objecto social principal a prestação de serviços públicos e tem por objecto social principal a prestação de serviço público de radiodifusão sonora.

2. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. exerce, directa ou indirectamente, actividades complementares ou acessórias à sua exploração principal, com as restrições da legislação aplicável ao processo de investimento e ao regime das empresas públicas.

3. O exercício das actividades referidas no número anterior carece da autorização do órgão de tutela.

#### ARTIGO 5.º (Participação e associação)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. pode, na prossecução dos seus fins, constituir empresas e adquirir a totalidade ou parte do capital de empresas já constituídas ou a constituir, devendo, sempre que possível, deter o capital maioritário.

2. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., nos termos da legislação em vigor, pode estabelecer com entidades nacionais ou estrangeiras as formas de associação e coope-

ração que melhor possibilitem a realização do seu objecto social.

3. Os actos referidos nos números anteriores carecem de autorização do Ministro de Estado e da Coordenação Económica, em coordenação com o Ministro da Comunicação Social.

ARTIGO 6.º  
(Capital estatutário)

1. O capital social é de Kz: 15 000 000 000,00, realizados nos termos da lei.

2. O aumento do capital social tem lugar, quando necessário e devidamente justificado, sob proposta do Conselho de Administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, mediante autorização prévia do Ministro de Estado e da Coordenação Económica e do Ministro das Finanças.

CAPÍTULO II  
Órgãos da Empresa

SECÇÃO I  
Disposições Preliminares

ARTIGO 7.º  
(Tipo de órgãos)

São órgãos da empresa:

- a) Conselho de Administração, como órgão de gestão;
- b) Conselho Fiscal, como órgão fiscalizador;
- c) Conselho Consultivo, como órgão de consulta e apoio.

SECÇÃO II  
Conselho de Administração

ARTIGO 8.º  
(Composição, nomeação e exoneração)

1. O Conselho de Administração é o órgão de gestão e de administração da empresa, sendo composto por nove Administradores, Executivos e não Executivos, com capacidade jurídica plena.

2. Os membros do Conselho de Administração são nomeados e exonerados pelo Presidente da República, após apreciação em Conselho de Ministros, e respondem perante os Ministros da Coordenação Económica e da Comunicação Social na condução da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., sem prejuízo da responsabilidade civil em que se constituam perante a empresa e da responsabilidade criminal que incorram, perante terceiros.

3. O diploma de nomeação dos membros do Conselho de Administração deve indicar os Administradores Executivos e os Administradores não Executivos.

ARTIGO 9.º  
(Competências do Conselho de Administração)

O Conselho de Administração é o órgão que tem a seu cargo a gestão e direcção da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. ao qual compete, sem prejuízo dos limites estabelecidos pela Lei aplicável às empresas públicas e pelos Estatutos da empresa, nomeadamente:

- a) Aprovar os objectivos e as políticas de gestão da empresa plasmados no seu Plano Estratégico e no Contrato-Programa celebrado com o Estado, quando aplicável;
- b) Aprovar os planos de actividade e financeiros anuais e plurianuais e os orçamentais anuais;
- c) Elaborar o relatório anual de gestão e aprovar os documentos de prestação de contas;
- d) Aprovar a aquisição, oneração e arrendamento de coisas imóveis, bem como, de participações financeiras noutras sociedades, quando as mesmas não estejam previstas nos planos e orçamentos anuais aprovados e dentro dos limites definidos pela lei ou pelos estatutos;
- e) Aprovar a contracção de empréstimos e a prestação de caução ou de garantias pessoais ou reais pela empresa, nos termos e limites das leis e regulamentos aplicáveis;
- f) Aprovar a abertura ou encerramento de estabelecimentos da empresa ou de partes importantes deles;
- g) Analisar e aprovar o estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- h) Avaliar e propor superiormente projectos de fusão, cisão ou transformação da empresa;
- i) Aprovar a realização de obras e investimentos incluídos nos planos aprovados, nos termos da legislação em vigor;
- j) Propor superiormente eventuais alterações importantes na estrutura orgânica da empresa se tal corresponder a necessidades efectivas para a melhoria da sua rentabilidade e/ou do seu funcionamento;
- k) Prosseguir objectivos de rentabilidade económica e de auto-sustentabilidade financeira da empresa, promovendo continuamente a obtenção de receitas próprias elaborando, para o efeito, planos de *marketing* e de acção comercial;
- l) Aprovar as normas relativas ao pessoal, elaborar programas de avaliação e desenvolvimento de competências e sistemas de avaliação de desem-

penho, bem como, o plano anual e/ou plurianual de formação profissional;

- m) Assegurar a existência na empresa de contabilidade geral e analítica actualizada e tecnicamente correcta, bem como, o desenho e implementação de um sistema de controlo de gestão mensal cobrindo todas as actividades da empresa;
- n) Aprovar a organização técnica e administrativa da empresa e os seus regulamentos internos;
- o) Nomear, reconduzir ou exonerar os Directores de Serviços e outros responsáveis e exercer o poder disciplinar sobre os trabalhadores da empresa;
- p) Aprovar o relatório de execução do plano de utilização do fundo social da empresa ou outros fundos constituídos nos termos da lei;
- q) Aprovar a constituição de seguros patrimoniais e pessoais;
- r) Gerir e praticar os actos relativos ao objecto da empresa, ao cumprimento dos seus objectivos e ao seu funcionamento corrente;
- s) Autorizar e praticar todos os demais actos indispensáveis à execução dos estatutos da empresa, que não careçam de aprovação superior ou submetê-los à aprovação dos departamentos ministeriais tutelares quando exigido e conforme os casos em presença;
- t) Delegar, nos respectivos membros, as competências e poderes que julguem necessárias para a realização de determinados actos e constituir mandatários com os poderes que julgarem convenientes para o bom funcionamento da empresa;
- u) Deliberar sobre qualquer assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação;
- v) Representar a empresa em juízo ou fora dele, activa e passivamente.

#### ARTIGO 10.º

(Reuniões e deliberações)

1. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente uma vez de três em três meses, e extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, por sua iniciativa ou a pedido do Conselho Fiscal, ou a requerimento da maioria dos seus membros.
2. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas na presença da maioria dos seus membros em exercício.
3. Às reuniões do Conselho de Administração podem estar presentes outras pessoas especialmente convocadas para o efeito, mas sem direito a voto.

#### ARTIGO 11.º

(Competências do Presidente do Conselho de Administração)

São competências do Presidente do Conselho de Administração:

- a) Convocar e coordenar as reuniões do Conselho de Administração;
- b) Exercer a coordenação global e executiva dos serviços da empresa;
- c) Decidir sobre matérias da competência do Conselho de Administração com carácter urgente, para posterior ratificação pelo Conselho;
- d) Exercer os poderes que lhe sejam cometidos ou delegados pelo Conselho de Administração;
- e) Representar a empresa em juízo e fora dele.

#### ARTIGO 12.º

(Competências dos Administradores Executivos)

1. Os Administradores Executivos exercem o seu mandato, sendo-lhes atribuída a direcção de pelouros, correspondentes a uma ou mais áreas de actividade da empresa, de forma a permitir a necessária descentralização.

2. Os Administradores Executivos são responsáveis pela gestão corrente da empresa, no âmbito da estratégia definida e dos instrumentos de gestão previsionais da empresa, a médio e curto prazos, que tenham sido aprovados.

3. A direcção executiva de pelouros mencionada no n.º 1 deste artigo, deve ser efectuada mediante a delegação pelo Conselho de Administração de poderes necessários para assegurar a gestão corrente da empresa, sem prejuízo do direito de avocação de competências delegadas.

4. Um dos Administradores Executivos deve ser responsável pelas áreas da administração financeira, gestão patrimonial e gestão de recursos humanos.

5. Os Administradores Executivos reúnem-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocados pelo Presidente do Conselho de Administração ou a requerimento fundamentado de qualquer deles.

#### ARTIGO 13.º

(Competências dos Administradores não Executivos)

Compete aos Administradores não Executivos:

- a) Exercer funções de supervisão e de acompanhamento da actividade da empresa e propor as medidas que sejam convenientes, no âmbito do Conselho de Administração;
- b) Requerer a convocação extraordinária do Conselho, nos termos previstos pelos estatutos.

SECÇÃO III  
Conselho Fiscal

ARTIGO 14.º  
(Composição e nomeação)

1. A fiscalização e o acompanhamento da actividade normal e do legal funcionamento da empresa, cabe ao Conselho Fiscal nomeado por despacho conjunto dos Ministros de Estado e da Coordenação Económica, das Finanças e da Comunicação Social.

2. O Conselho Fiscal é constituído por três membros sendo, um deles, o Presidente e os restantes são vogais.

ARTIGO 15.º  
(Competências do Conselho Fiscal)

1. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da actividade e do funcionamento da empresa, ao qual compete:

- a) Fiscalizar o cumprimento das normas reguladoras da sua actividade;
- b) Certificar os valores patrimoniais pertencentes à empresa, detidos em regime de garantia, depósito ou a qualquer outro título;
- c) Verificar-se os critérios valorimétricos utilizados pela empresa, conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- d) Emitir parecer sobre o relatório e contas;
- e) Elaborar relatórios anuais da sua acção de fiscalização e submetê-los à apreciação do Ministro de Estado e da Coordenação Económica enviando cópia ao Ministro da Tutela;
- f) Solicitar a convocação extraordinária do Conselho de Administração sempre que entenda conveniente;
- g) Pronunciar-se sobre qualquer assunto que lhe seja submetido pelo Conselho de Administração.

2. Os pareceres do Conselho Fiscal devem ser emitidos no prazo máximo de 15 dias.

3. Sempre que necessário, para correcto desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal pode, com o acordo do Conselho de Administração, fazer-se assistir por auditorias externas sendo os correspondentes encargos da responsabilidade da empresa.

4. O Conselho de Administração deve pôr à disposição do Conselho Fiscal os meios de trabalho, nomeadamente instalações e material de expediente adequados ao desempenho das suas funções.

ARTIGO 16.º  
(Reuniões)

O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente por sua iniciativa ou sob solicitação fundamentada de qualquer um dos vogais.

ARTIGO 17.º  
(Poderes)

Para o desempenho das suas funções, podem os Membros do Conselho Fiscal:

- a) Obter do Conselho de Administração para exame e verificação os livros, registos e outros documentos que entendam necessários, bem como verificar a existência de quaisquer valores, nomeadamente dinheiro, títulos, mercadorias e outros bens patrimoniais;
- b) Obter dos órgãos ou de qualquer dos seus membros informações ou esclarecimentos sobre a actividade e o funcionamento da empresa;
- c) Solicitar a terceiros que tenham realizado operações com ou por conta da empresa, as informações de que necessitam para esclarecimento dessas operações;
- d) Assistir, sempre que julgado conveniente, às reuniões dos órgãos da empresa.

ARTIGO 18.º  
(Deveres)

1. Constituem deveres gerais dos Membros do Conselho Fiscal:

- a) Exercer uma fiscalização conscienciosa e imparcial;
- b) Guardar segredo dos factos de que tenham conhecimento em razão das suas funções e participar às autoridades os factos criminosos de que tenham conhecimento;
- c) Informar o Conselho de Administração sobre todas as verificações, fiscalizações e diligências que tenham feito e sobre os seus resultados;
- d) Informar os órgãos competentes sobre todas as irregularidades e inexactidões verificadas;
- e) Participar das reuniões do Conselho de Administração e outras desde que sejam convocados.

2. É proibido aos Membros do Conselho Fiscal, salvo autorização expressa, a divulgação de segredos comerciais ou industriais da empresa, de que tenham tomado conhecimento no desempenho das suas funções.

SECÇÃO IV  
Conselho Consultivo

ARTIGO 19.º  
(Composição do Conselho Consultivo)

Integram o Conselho Consultivo:

- a) Membros do Conselho de Administração;
- b) Técnicos e especialistas em matérias do domínio da comunicação social em geral e da radiodifusão em particular, bem como, relacionadas com tecnologias de informação e de comunicação a todos os níveis, nomeados pelo Conselho de Administração;
- c) Outras entidades convidadas para o efeito.

ARTIGO 20.º  
(Competências do Conselho Consultivo)

O Conselho Consultivo é um órgão de apoio técnico da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., ao qual compete:

- a) Emitir parecer prévio sobre matérias técnicas do domínio da comunicação social em geral, da radiodifusão em particular, bem como relacionadas com tecnologias de informação e de comunicação a todos os níveis;
- b) Propor ao Conselho de Administração da empresa sugestões que julgue necessárias para melhor exploração e desenvolvimento da empresa.

ARTIGO 21.º  
(Funcionamento do Conselho Consultivo)

1. O Conselho Consultivo é presidido pelo Presidente do Conselho de Administração da empresa, reúne-se ordinariamente de três em três meses e, de forma extraordinária, sempre que convocado para o efeito.

2. O Conselho Consultivo rege-se por regulamento interno a aprovar pelo Conselho de Administração da empresa.

SECÇÃO V  
Disposições Comuns

ARTIGO 22.º  
(Mandatos)

1. O mandato dos membros dos órgãos da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. tem a duração de três anos, renovável por uma ou mais vezes, nos termos da lei.

2. Expirado o prazo do mandato, os membros dos órgãos da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. mantêm-se em

exercício até à sua efectiva substituição ou declaração de cessação de funções.

3. No caso de impossibilidade física ou legal, para o exercício das funções de membros dos órgãos da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., são nomeados substitutos pelo tempo que durar o impedimento, pela forma e nos termos estabelecidos pelo regime legal das empresas públicas.

ARTIGO 23.º  
(Convocatória)

1. Para as reuniões dos órgãos da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., são convocados todos os seus membros em pleno exercício de funções.

2. Consideram-se regularmente convocados todos os membros que:

- a) Tenham recebido ou assinado a convocatória;
- b) Tenham assistido a qualquer reunião anterior em que, na sua presença, tenha sido fixado o dia e a hora da reunião;
- c) Tenham sido avisados por qualquer outra forma acordada;
- d) Compareçam à reunião.

3. Consideram-se regularmente convocados todos os membros para as reuniões ordinárias que tenham lugar em dias e horas pré-estabelecidas, de harmonia com o regulamento de funcionamento dos órgãos.

4. A convocatória é acompanhada da ordem de trabalhos e a cópia da acta da reunião anterior.

5. A ordem de trabalhos deve ter em conta as petições que os demais membros tenham formulado antes da convocatória, e que tenham sido aceites.

6. De todas as reuniões são lavradas actas das quais constam:

- a) Os assuntos discutidos;
- b) A súmula das discussões;
- c) As deliberações tomadas;
- d) Os votos de vencidos, quando existam.

ARTIGO 24.º  
(Deliberações)

1. Os órgãos sociais da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. deliberam validamente na presença da maioria dos seus membros em exercício.

2. As deliberações são tomadas por maioria dos votos dos membros presentes, tendo o presidente, ou quem o substituir, voto de qualidade em caso de empate na votação.

3. Não é permitida a tomada de decisões sobre assuntos que não estejam incluídos na ordem do dia, salvo se estiverem presentes todos os membros em exercício e o assunto seja considerado de urgência pela maioria.

4. Os membros que votem contra uma deliberação e façam constar em acta o motivo da sua oposição devem ficar isentos de responsabilidades que, no caso, possam derivar da deliberação.

5. Os membros dos órgãos sociais da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. não votam em assuntos que tenham, por conta própria ou de terceiros, interesses em conflito com a empresa.

### CAPÍTULO III Intervenção do Executivo

#### ARTIGO 25.º (Intervenção)

1. A intervenção do Executivo na Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. é exercida pelos órgãos competentes nos termos dos artigos 29.º a 32.º da Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro.

2. O organismo de tutela sobre o sector da comunicação social é o Ministério da Comunicação Social.

### CAPÍTULO IV Gestão Patrimonial e Financeira

#### ARTIGO 26.º (Receitas)

1. Constituem receitas da empresa:

- a) As receitas resultantes do exercício da sua actividade;
- b) Os rendimentos provenientes de bens próprios;
- c) O produto da alienação de bens próprios ou da constituição de direitos sobre eles, bem como da transferência de bens do domínio público;
- d) O produto da emissão de obrigações, empréstimos e outras operações financeiras;
- e) As dotações ou subvenções que lhe sejam atribuídas;
- f) Quaisquer outros rendimentos ou valores provenientes da sua actividade ou que, por lei ou contrato, lhe pertençam.

2. Não constituem receitas da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. os impostos que nos termos da lei sejam retidos na fonte.

3. A cobrança das receitas, bem como a realização das despesas inerentes à sua actividade, que por lei não devem ser suportadas por outra entidade, são da exclusiva competência da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P.

#### ARTIGO 27.º

(Instrumentos de gestão previsional e de controlo de gestão)

A gestão económica e financeira da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. obedece aos princípios plasmados na Lei e pelos seguintes instrumentos de gestão previsional:

- a) Plano Estratégico;
- b) Plano de Negócios, a elaborar para investimentos de vulto;
- c) Contrato-Programa, pela duração do mandato do Conselho de Administração;
- d) Planos e Orçamentos plurianuais e anuais;
- e) Relatórios de contas de actividade;
- f) Relatórios de controlo de gestão mensais.

#### ARTIGO 28.º

(Conteúdos dos instrumentos de gestão previsional)

1. O Plano Estratégico estabelece a estratégia a seguir pela empresa, durante o mandato do Conselho de Administração, devendo ser revisto anualmente.

2. Os Planos e Orçamentos plurianuais incluem o volume de negócios, margem bruta, fornecimentos e serviços externos, custos com pessoal, programa de investimentos, fundo de maneo, fontes de financiamento, demonstração de resultados, balanço, *cash-flow*, plano financeiro, balanço cambial, indicadores de gestão e avaliação do risco.

3. O Plano e Orçamento anual define as principais actividades a desenvolver pela empresa no horizonte temporal de um ano, decorrentes do Plano Estratégico e dos Planos e Orçamentos Plurianuais, os objectivos a atingir nesse ano e as acções necessárias para atingir esses objectivos, calendarizadas e com responsáveis identificados, o orçamento anual (previsão de receitas e despesas) com a devida quantificação sustentada na demonstração de resultados e balanço previsionais, bem como a calendarização, física e financeira, do Programa de Investimentos do ano, expressando as consequentes variações patrimoniais.

4. O Contrato-Programa rege-se pelo estabelecido no Decreto n.º 78/01, de 19 de Outubro.

5. Os instrumentos de gestão previsional a que se referem os números anteriores devem ser elaborados com respeito pelos pressupostos macroeconómicos e demais directrizes globais ou sectoriais formuladas pelo Executivo, devendo ser antes da aprovação submetidas ao parecer do Conselho Fiscal.

ARTIGO 29.º  
(Prestação de contas)

1. Anualmente, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, devem ser elaborados os seguintes documentos de prestação de contas.

- a) Relatório do Conselho de Administração;
- b) Balanço analítico e demonstração de resultados;
- c) Demonstração de origem e aplicação de fundos;
- d) Proposta de aplicação de resultados do exercício;
- e) Parecer do Conselho Fiscal.

2. Os documentos a que se refere o número anterior são completados com outros elementos de interesse para a apreciação da situação da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P., nomeadamente:

- a) Anexos ao balanço e à demonstração de resultados;
- b) Mapas sintéticos que mostram o grau de execução do plano de actividades e do orçamento anual;
- c) Outros indicadores significativos das actividades e situação da empresa.

3. Os documentos de prestação de contas devem ser apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração até 31 de Março, mediante pareceres do Conselho Fiscal.

4. O relatório e contas devem ser apresentados ao Ministro de Estado e da Coordenação Económica, com cópia para o Ministério de Tutela, para homologação, até 10 de Abril de cada ano, considerando-se aprovados, se até 10 de Junho do mesmo ano, não for proferida decisão em contrário.

5. O relatório e contas devem ser remetidos ao Tribunal de Contas nos termos da lei.

ARTIGO 30.º  
(Afectação de lucros)

1. Após dedução dos impostos devidos, os lucros da Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. são distribuídos do seguinte modo:

- a) 5 a 10% para a constituição da reserva legal;
- b) 25 a 50% para constituição do fundo de investimentos;
- c) 5 a 10% para o fundo social.

2. O remanescente dos lucros, até 30%, destina-se à distribuição de estímulos individuais, aos trabalhadores que tenham obtido melhor qualificação, sendo a parte restante destinada ao Estado.

3. A afectação do remanescente dos lucros a que se refere o número anterior é da competência do Ministro das Finanças, sob proposta do Conselho de Administração da empresa.

4. O Ministério das Finanças pode pedir antecipadamente a entrega ao Estado dos lucros ou impostos, com base nas receitas brutas de cada transacção.

CAPÍTULO V  
Trabalhadores

ARTIGO 31.º  
(Regime jurídico)

1. A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. estabelece com os seus trabalhadores contratos de trabalho e os acordos colectivos de trabalho nos termos da legislação aplicável, tendo em conta as capacidades e as necessidades da empresa, de modo a promover a capacitação e o constante desenvolvimento dos trabalhadores nacionais.

2. O quadro de pessoal da empresa, seus direitos e obrigações, regalias e perspectivas de desenvolvimento técnico-profissional, designadamente as condições que orientam a demissão, suspensão e exoneração, salários, bónus e outras remunerações, relativamente às qualificações exigidas, entre outras questões de política de recursos humanos, constam de regulamentos próprios a serem aprovados pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 32.º  
(Formação profissional)

1. A empresa organiza e desenvolve acções de formação profissional com o objectivo de elevar e adaptar a qualificação profissional dos seus trabalhadores a novas técnicas e métodos de gestão, assim como para facilitar a promoção interna e a mobilidade funcional dos trabalhadores.

2. A empresa promove também acções de formação para os trabalhadores estagiários em processo de integração na sua estrutura.

3. A empresa pode promover a formação mediante a concessão de bolsas de estudo no interior e no exterior do País de acordo com regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração.

4. Para assegurar as acções de formação, a empresa utiliza os seus próprios meios e recorre ou associa-se, caso seja necessário, a entidades externas qualificadas, para o efeito.

ARTIGO 33.º  
(Comissão de serviço)

1. Podem exercer funções na empresa, em comissão de serviço, funcionários do Estado ou trabalhadores de outras empresas públicas, os quais mantêm os direitos inerentes ao seu quadro de origem, considerando-se todo o período de comissão como serviço prestado nesse quadro.

2. Os trabalhadores da empresa podem, igualmente, exercer funções no Estado ou noutras empresas públicas, em comissão de serviço mantendo todos os direitos inerentes ao seu quadro de origem.

CAPÍTULO VI  
Disposições Finais

ARTIGO 34.º  
(Responsabilidade civil)

A Radiodifusão Nacional de Angola-E. P. responde civilmente perante terceiros pelos actos e omissões dos seus órgãos nos termos da lei.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

Decreto presidencial n.º 207/10  
de 23 de Setembro

Considerando que por Decreto n.º 66/97, de 5 de Setembro, foi criada a empresa Televisão Pública de Angola-E. P., e aprovado o seu estatuto;

Convindo proceder à revisão do referido estatuto de forma a ajustá-lo ao novo contexto constitucional e às orientações actuais para a gestão das empresas públicas;

O Presidente da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Estatuto da Empresa Pública Televisão Pública de Angola, TPA-E. P., anexo ao presente diploma e que dele é parte integrante.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Art. 3.º — É revogada toda a legislação que contraria o disposto no presente diploma.

Art. 4.º — O presente diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Setembro de 2010.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ESTATUTO DA EMPRESA «TELEVISÃO  
PÚBLICA DE ANGOLA-EMPRESA PÚBLICA»

CAPÍTULO I  
Disposições Gerais

ARTIGO 1.º  
(Denominação e natureza jurídica)

A Empresa «Televisão Pública de Angola-E. P.», abreviadamente designada por TPA-E. P., é uma empresa pública de grande dimensão e de interesse público, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

ARTIGO 2.º  
(Direito aplicável)

1. A Televisão Pública de Angola-E. P. rege-se pela Lei n.º 9/95, de 15 de Setembro e pelas suas eventuais alterações posteriores, pelo presente estatuto, pela legislação que lhe seja especificamente aplicável e, supletivamente, pela legislação comercial e no que não estiver especialmente regulado, pela demais legislação em vigor.

2. Os direitos do Estado como proprietário da Televisão Pública de Angola-E. P. são exercidos pelo Ministro de Estado e da Coordenação Económica em conformidade com as orientações estratégicas referidas no número seguinte e mediante a prévia coordenação sectorial estabelecida com o Ministro da Comunicação Social.

3. Sob proposta do Ministro de Estado e da Coordenação Económica e do Ministro da Comunicação Social, o Titular do Poder Executivo define as orientações estratégicas da Televisão Pública de Angola-E. P., as quais podem envolver metas quantificadas e a celebração de Contratos-Programa entre o Estado e a empresa que vão reflectir-se nos contratos de gestão celebrados com os membros do Conselho de Administração.

ARTIGO 3.º  
(Sede)

A Televisão Pública de Angola-E. P. tem a sua sede na Cidade de Luanda, na Rua Ho Chi Min e exerce a sua actividade em todo o território nacional podendo, por deliberação



## ANEXO 2- Guião das entrevistas aos jornalistas da Rádio Nacional de Angola

1. Quais as áreas em que faz mais entrevistas [política, económica, social, cultural]?
2. Quando o seu entrevistado não responde as suas perguntas o que acha que estará em causa?
3. Quando o seu entrevistado não responde as suas perguntas que estratégias têm para o reconduzir às questões?
4. Já alguma vez teve que entrevistar sem dominar o assunto? Se a sim, pode dar um exemplo?
5. Por que razão já teve de fazer entrevistas sem a melhor preparação?
6. Quem prepara as suas entrevistas?
7. Já fez entrevistas em que o guião não foi feito por si? Porquê?
8. Numa entrevista sobre um determinado assunto aproveita a oportunidade para colher outras informações ou trata apenas de conversar sobre o assunto que pretende?
9. Para si o que considera boa entrevista?
10. Como considera o nível das suas entrevistas em termos de resultado final? [Boa, média, má // Sempre, quase sempre, às vezes, nunca]
11. Costuma ter retorno acerca da qualidade das suas entrevistas?
12. Como ocorre esse retorno? Qual o processo?
13. Sente que durante a entrevista consegue esgotar todas as questões?
14. Utiliza a mesma linguagem para as suas entrevistas em função dos vários estratos sociais?
15. Como adapta a linguagem? É preparado ou espontâneo?
16. Lembra-se de algum caso em que isso tenha acontecido?
17. Quem decide quem deve entrevistar?
18. Sente-se pressionado acerca de quem e como entrevistar?

### Domínio das regras de entrevista

1. Quais as regras que utiliza para entrevistar os seus interlocutores?
2. Qual a regra mais importante de todas quando se faz uma entrevista?
3. Já alguma vez sentiu que dominava o assunto ao ponto de orientar o seu entrevistado sobre a questão que pretendia?
4. Em função da dinâmica da profissão tem tempo de ficar alguns minutos com os seus interlocutores antes de começar a entrevista? Por quanto tempo aproximadamente?
5. Acha importante conhecer todos os seus entrevistados a pormenor antes de entrevista-los, ou basta que tenha conhecimentos mínimos?
6. Em que circunstâncias é importante ter ou não informações sobre o entrevistado?
7. Costuma programar o tempo de entrevista?
8. Numa entrevista gravada em que precisará de 5 minutos, por quanto tempo leva a gravação?
9. Sente que o microfone inibe os interlocutores e pode ser um fator que faz com que a entrevista não atinja as expectativas?
10. O local onde a entrevista é feita interfere na sua qualidade?
11. As entrevistas que tem feito são para responder a uma pauta ou por iniciativa própria?
12. Quem define as entrevistas que vão ser feitas as chefias, o jornalista, em reunião da redação?
13. Acha importante que os entrevistados sejam informados com antecedência as questões que lhes serão colocadas?
14. Quem prepara o guião de entrevista? O jornalista, o editor/chefe supervisiona, o editor/chefe aconselha, como tem sido?

15. Qual é o modo como mais costuma fazer entrevistas: em presença, por telefone, remotamente (mail, assessores, redes sociais...)

#### Formação Académica versus conhecimento

1. Onde adquiriu os conhecimentos para o seu exercício profissional, e para a realização de entrevistas?
2. Quando fez a sua primeira entrevista, que noções básicas tinham sobre regras de entrevista?
3. Tem feito capacitações ou formações sobre técnicas de entrevista?
4. Durante a sua formação académica ou técnica teve aulas práticas, ou de laboratório?
5. Acha que precisa aprimorar os seus conhecimentos sobre as regras de entrevista, ou tem conhecimento suficiente sobre o assunto?
6. Já alguma vez leu algum livro ou artigo científico sobre técnicas de entrevista?
7. Tem um jornalista de referência em termos de entrevista? Porquê?
8. Acha importante existir manuais de regras ou técnicas de entrevista?
9. A formação académica permitiu-lhe adquirir conhecimentos sobre as técnicas de entrevistas consagradas?

#### Equipamento Técnico

1. Os meios técnicos que utilizam permitem-lhe segurança em termos de qualidade da entrevista?
2. Testa o material antes de começar as entrevistas?
3. Já alguma vez fez uma entrevista e não gravou?
4. Tem confiança no meio técnico que utiliza na sua entrevista?
5. Preocupa-se em fazer com que os entrevistados se familiarizem com o microfone e todo o material técnico?

Anexo 3- Dados profissionais dos jornalistas

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

F  / M

Anos de profissão / Data de entrada na carreira

\_\_\_\_\_

Função

\_\_\_\_\_

Formação Académica/ Área de Formação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Cursos Profissionalizantes

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Outros

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Luanda-Angola, Dezembro/ 2018.

